UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA

Guilherme Faria Xavier

PELA ÓTICA DOS VENCIDOS:

Disciplina partidária de PT, PDT, PSB e PC do B na oposição a Temer e Fernando Henrique Cardoso

Belo Horizonte
2022

Guilherme Faria Xavier

PELA ÓTICA DOS VENCIDOS:

Disciplina partidária de PT, PDT, PSB e PC do B na oposição a Temer e Fernando Henrique Cardoso

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Câmara de Melo

Belo Horizonte
2022

PELA ÓTICA DOS VENCIDOS:

Disciplina partidária de PT, PDT, PSB e PC do B na oposição a Temer e Fernando Henrique Cardoso

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Câmara de Melo

Prof. Dr. Rafael Câmara de Melo (Orientador)

Prof. Dr. Carlos Ranulfo Felix de Melo – Departamento de Ciência Política/UFMG (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2022

AGRADECIMENTOS

A Claudia, Fernando, Ângela e demais familiares (e Nikita, por que não?), pelo apoio incondicional. À Júlia pela parceria, que, desde 2016, fica cada vez mais forte. Às turmas do Base, Ponto, Texas e todas as amizades que ajudaram a alegrar o tempo livre após a dupla jornada.

À pública, gratuita e excelente Universidade Federal de Minas Gerais, que mais uma vez contribuiu para que eu tenha me tornado uma pessoa e um cidadão melhor. Aos colegas de Gestão Pública, pelas trocas, aprendizados e ajuda durante esses 11 semestres. Ao Rafael, que topou o desafio de orientar essa monografia, e ao José Ângelo, pela força que me deu na concepção do projeto de TCC. Aos professores, técnicos-administrativos, prestadores de serviços da UFMG, bolsistas, alunos e outros que mantêm a Universidade como uma das instituições que mais contribuem para Belo Horizonte, Minas Gerais e o Brasil, apesar dos constantes ataques e cortes orçamentários sofridos nos últimos anos.

Ao Rodrigo e ao Bruno, grandes profissionais e amigos que estiveram bem próximos durante a maioria das manhãs e tardes que precederam as idas ao campus ou as aulas remotas. A Alexandre, Cleide, Fernanda e outros servidores, que foram fundamentais para a riqueza da experiência que tive na UEMG, mesmo a distância.

RESUMO

O trabalho busca entender o comportamento de deputados federais pertencentes à oposição na arena legislativa, especialmente os que são filiados a legendas consideradas de esquerda. Para tanto, foi feito um cálculo da disciplina partidária e em relação ao Executivo dos parlamentares de PT, PDT, PSB e PC do B, durante o governo de Michel Temer e o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, com o intuito de entender se houve variações no padrão de votos, escolhas e estratégias das bancadas petista, pedetista, pessebista e comunista ao longo dos anos, comparando as taxas com as de outras legendas de destaque no cenário político brasileiro em ambos os períodos — PSDB, DEM, PPS, PMDB, PP, PR e PTB. Na monografia, procurou-se, também, contribuir para o entendimento sobre a forma com que a oposição parlamentar se insere nas dinâmicas do presidencialismo de coalizão, além do contexto mais recente do sistema partidário brasileiro. As seguintes perguntas nortearam o estudo: qual a taxa de disciplina partidária dos deputados federais de PT, PDT, PSB e PC do B durante o período em que Michel Temer esteve na presidência? Os partidos foram tão disciplinados como no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso? A partir da análise do Índice de Fidelidade ao Líder do Partido, obtido por meio do Banco de Dados Legislativos do CEBRAP, observou-se que PT e PC do B foram as agremiações mais disciplinadas no período analisado de FHC 2 e no governo Temer, enquanto PSB e PDT eram duas das legendas que mais seguiam a orientação do líder durante o segundo mandato do tucano, mas foram as mais indisciplinadas entre as onze analisadas no período em que o emebedista ocupou o Planalto. Também foi feito o cálculo da disciplina das bancadas em relação ao governo. Embora as quatro siglas tenham sido as que mais contrariaram o Executivo nos dois períodos, o grau de indisciplina de todas as quatro agremiações em relação ao presidente caiu bastante. Enquanto PT e PC do B seguiram fazendo uma oposição mais sistemática, PDT e PSB votaram mais a favor do que contra Temer entre 2016 e 2018. O estudo também busca relacionar a variação do comportamento das quatro legendas em plenário com a trajetória e decisões estratégicas desses partidos ao longo do tempo.

Palavras-chave: presidencialismo de coalizão; oposição parlamentar; disciplina partidária; sistema partidário brasileiro; PT; PDT; PSB; PC do B.

ABSTRACT

The work seeks to understand the behavior of federal congresspersons belonging to the opposition in the legislative arena, especially those affiliated with parties considered to be left-wing. For that, the party discipline and regarding the Executive of PT, PDT, PSB and PC do B were calculated, during the government of Michel Temer and the second term of Fernando Henrique Cardoso, to understand if there were variations in the pattern of suffrage, choices and strategies of the benches of the four associations, comparing the rates with those of other parties that were more prominent in the Brazilian political scenario in both periods —PSDB, DEM, PPS, PMDB, PP, PR and PTB. In the work, we also sought to contribute to the understanding of the way in which the parliamentary opposition is inserted in the dynamics of coalition presidentialism, in addition to the more recent context of the Brazilian party system. The following questions guided the study: what was the party discipline rate of federal congresspersons from PT, PDT, PSB and PC do B during the period in which Michel Temer was in the presidency? Were the parties as disciplined as in Fernando Henrique Cardoso's second term? From the analysis of the Party Leader Loyalty Index, obtained through the Banco de Dados Legislativos do CEBRAP, it was observed that PT and PC do B were the most disciplined associations in the analyzed period of FHC 2 and in the Temer government, while PSB and PDT were two of the parties that most followed the leader's guidance during the Fernando Henrique's second term, but they were the most undisciplined among the eleven analyzed during the period in which the former president of the Câmara dos Deputados occupied the Planalto. The discipline of the benches in regard to the government was also calculated. Although the four parties were the ones that most contradicted the Executive in both periods, the degree of indiscipline of all four associations regarding the president dropped a lot. While PT and PC do B continued to make a more systematic opposition, PDT and PSB voted more in favor than against Temer between 2016 and 2018. The study also seeks to relate the variation in the behavior of the four parties in plenary with the trajectory and strategic decisions of these groups over time.

Keywords: coalition presidentialism; parliamentary opposition; party discipline; Brazilian party system; PT; PDT; PSB; PC do B.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxas de disciplina partidária dos deputados federais de PT, PDT, PSB e PC do B e dos blocos 1, 2 e 3 em FHC2 e Temer.....66

Gráfico 2 - Taxas de disciplina partidária dos deputados federais de PT, PDT, PSB e PC do B e dos blocos 1, 2 e 3 em FHC2 e Temer..... 66

Gráfico 3 - Taxas de disciplina em relação ao governo dos deputados federais de PT, PDT, PSB e PC do B e dos blocos 1, 2 e 3 em FHC2 e Temer.....71

Gráfico 4 - Taxas de disciplina em relação ao governo dos deputados federais de PT, PDT, PSB e PC do B e dos blocos 1, 2 e 3 em FHC2 e Temer.....71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Prerrogativas dos líderes partidários.....19

Quadro 2 – Matriz das coligações entre PT, PDT, PSB e PC do B nas eleições para governador entre 1990 e 2002.....45

Quadro 3 – Matriz das coligações entre PT, PDT, PSB e PC do B nas eleições para governador entre 2006 e 2018.....45

Quadro 4 – Coalizões do segundo governo de Fernando Henrique (1999-2002).....50

Quadro 5 – Número de parlamentares por partido na posse da 51ª legislatura (1999-2003).....51

Quadro 6 – Coalizões do governo de Michel Temer (2016-2018).....56

Quadro 7– Número de parlamentares por partido na posse da 55ª legislatura (2015-2019).....57

Quadro 8 – Votos de PT, PDT, PC do B e PSB contra medidas de interesse do Governo Temer.....59

Quadro 9 – Número de votações nominais com disputa e consensuais na Câmara dos Deputados (recorte FH2 e Temer).....63

Quadro 10 – Taxa de disciplina partidária dos deputados federais dos blocos 1,2 e 3 no segundo mandato de FHC e no governo Temer.....65

Quadro 11 – Taxa de disciplina em relação ao governo dos deputados federais dos blocos 1,2 e 3 no segundo mandato de FHC.....70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: OLHANDO PARA OS VENCIDOS 9

1. DISCIPLINA, PARTIDOS DE ESQUERDA E OPOSIÇÃO: CONCEITOS FUNDAMENTAIS 13

1.1. Presidencialismo de coalizão 13

1.2. O papel dos líderes partidários 18

1.3. Sistema partidário brasileiro 21

1.4. Oposição 25

1.5. Disciplina partidária 27

2. VITÓRIAS E DERROTAS: TRAJETÓRIA DE PT, PDT, PSB E PC DO B, DA FUNDAÇÃO AO IMPEACHMENT DE DILMA 30

2.1. Partido dos Trabalhadores (PT) 30

2.2. Partido Democrático Trabalhista (PDT) 35

2.3. Partido Socialista Brasileiro (PSB) 38

2.4. Partido Comunista do Brasil (PC do B) 40

2.5. Coligações entre PT, PDT, PSB e PC do B nas eleições para governador entre 1990 e 2018 42

3. VENCEDORES EM AÇÃO: CONJUNTURAS DOS GOVERNOS FHC 2 E TEMER 48

3.1. Primeiro reeleito: o governo FHC entre 1999 e 2002 48

3.2. Ponte para o Planalto: o governo de Michel Temer 53

4. OPOSIÇÃO EM BLOCO (?): CÁLCULO DA DISCIPLINA DAS QUATRO LEGENDAS NOS GOVERNOS FHC E TEMER 61

4.1. Metodologia 61

4.2. Resultados 63

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PISTAS PARA ENTENDER O COMPORTAMENTO DOS VENCIDOS 73

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 77

INTRODUÇÃO: OLHANDO PARA OS VENCIDOS

Uma das características mais notáveis do presidencialismo de coalizão é que esse sistema permite a formação de maiorias estáveis, que possibilitam ao governo propor e fazer avançar a maior parte de sua agenda (Figueiredo e Limongi, 1998). Talvez por isso a maior parte dos estudos sobre o tema a conta a história pela ótica dos vencedores, ou seja, daqueles que chegam ao Planalto e passam a interagir com sua base de apoio. O enfoque dominante dos trabalhos sobre as relações entre Executivo e Legislativo é direcionado aos desafios e caminhos para que se estabeleça um bom trânsito entre o governo e o parlamento ou às características institucionais que podem se configurar como entraves para que as negociações entre as duas partes transcorram de forma harmônica e funcional (Abranches, 1987; Almeida, 2015; Ames, 2012; Figueiredo e Limongi, 1998; Mainwaring, 1993; Santos, 2002). Já o papel do líder e as análises sobre disciplina partidária são frequentemente abordados pelas motivações que levam deputados federais a cooperarem com o presidente (Figueiredo e Limongi, 1998; Figueiredo Filho e Silva Junior, 2006; Inácio, 2007; Santos, 2002).

De acordo com Magna Inácio (2007a) e Paulo Sérgio Peres e Gabriella Bezerra (2020), a oposição — ou seja, o grupo daqueles que são vencidos na maioria das ocasiões — carece de voz na produção bibliográfica sobre a dinâmica do parlamento e da interação entre Congresso e Planalto. Uma abordagem direcionada aos grupos antagônicos ao governo pode atender à "necessidade do desenvolvimento de uma agenda de pesquisas sobre as oposições parlamentares, inclusive como condição necessária ao entendimento mais amplo da governação e da governabilidade" (Peres e Bezerra,2020, p. 248). Além disso, o estudo das oposições pode contribuir para a compreensão dos partidos e do sistema partidário brasileiro a partir de uma chave distinta, já que as legendas pertencentes a esse campo atuam sem os incentivos e outras condições que estão relacionadas ao pertencimento à base do governo, o que pode abrir uma maior possibilidade para que as agremiações adotem estratégias diferentes. Portanto, a falta de estudos sobre os partidos na oposição é uma oportunidade para avançar em um flanco não tão explorado na literatura.

Entre as várias possibilidades de olhar para os grupos antagônicos ao governo, nesta monografia optou-se pelo enfoque nos partidos de esquerda na oposição, em dois períodos distintos. O objetivo geral do trabalho é analisar a disciplina partidária de PT,

PDT, PC do B e PSB na Câmara dos Deputados, durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e o governo de Michel Temer (PMDB) — contemplando, assim, um período mais recente do que a maioria dos trabalhos que tratam do presidencialismo de coalizão. Ou seja, optou-se por analisar um recorte imediatamente antes e logo depois do período em que o Brasil foi presidido por Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (PT), que foram momentos de transição entre vencedores e vencidos. As bases de apoio dos governos do PT sempre tiveram a participação de ao menos duas das outras três legendas que são foco desta monografia. Petistas, trabalhistas e comunistas foram escolhidos como objeto de análise por terem permanecido na oposição durante todo o período em que o tucano e o emedebista ocuparam a presidência. Apesar de terem integrado a base de apoio a Temer até maio de 2017, os pessebistas também é são contemplados neste estudo já que, de acordo com Carlos Ranulfo Melo e Rafael Câmara (2012), o partido compôs um dos blocos da estrutura de competição pela Presidência da República entre 1994 e 2014, juntamente com as outras três agremiações. Portanto, os objetivos específicos desta monografia são:

1) Contribuir para uma agenda de pesquisa sobre a oposição parlamentar.
2) Entender se houve variação no grau de disciplina dos principais partidos na Câmara dos Deputados, entre o começo da década de 2000 e o fim da década de 2010.
3) Agregar aos estudos sobre o sistema partidário brasileiro, ao analisar o comportamento parlamentar de PT, PDT, PSB e PC do B em dois períodos diferentes, a formação e episódios que marcaram a trajetória dessas agremiações e as coligações realizadas entre elas nas disputas pelos governos estaduais.
4) Produzir um estudo que aborde o governo de Michel Temer, no intuito de entender um período mais recente do cenário político brasileiro.

Dessa forma, a monografia se propõe a responder às seguintes perguntas: qual a taxa de disciplina partidária dos deputados federais de PT, PDT, PSB e PC do B durante o período em que Michel Temer esteve na presidência? Eles foram tão disciplinados como no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso? Os quatro partidos são mais ou menos disciplinados que outras sete legendas que tiveram mais centralidade no cenário político em ambos os períodos — PSDB, DEM, PPS, PMDB, PP, PR, PL e PL? Para responder a essas perguntas, será feito o cálculo do Índice de Fidelidade à Posição do

Líder do Partido da disciplina em relação ao governo, com base em informações das votações nominais contidos no Banco de Dados Legislativos do CEBRAP. No intuito de deixar o recorte de tempo igual em ambos os mandatos, os períodos analisados vão de 11/5/2000 a 31/12/2002 e 11/5/2016 a 31/12/2018, já que Temer assumiu interinamente a presidência em maio de 2016.

As hipóteses da pesquisa são:

- *PT e PC do B foram tão disciplinados no governo Temer como em FHC2.* Vários estudos mostram que partidos considerados de esquerda têm alta de taxa de disciplina (Bezerra, 2014; Figueiredo e Limongi, 2001; Mainwaring e Perez-Liñán,1998; Nicolau, 2000). Por isso, espera-se que deputados petistas e comunistas sigam fiéis a seus líderes, já que ambas as legendas se mantiveram entre as legendas posicionadas mais à esquerda na Câmara entre 1990 e 2017 (Zucco Jr. e Power, 2021), como será relatado no Capítulo 2.
- *PDT e PSB se tornaram menos disciplinados no governo Temer, se comparamos com o segundo mandato de FHC.* De acordo com César Zucco Jr. e Timothy Power (2021), as duas agremiações se moveram mais ao centro no mesmo período, por isso pode-se esperar que os parlamentares dessas legendas divergiram mais da orientação das lideranças. O fato de o PSB ter integrado a base do governo Temer e orientado a votação favorável a proposições que contrariam valores de uma série de deputados pessebistas e posições históricas da legenda pode ter contribuído para uma maior divisão na bancada do partido.
- *PT e PC do B fizeram oposição sistemática a Fernando Henrique e Temer, enquanto o PDT e PSB contrariaram menos o governo do MDB do que fazia com o PSDB.* Os parlamentares pessebistas, por terem integrado a base do Executivo logo após a deposição de Dilma Rousseff, acompanharam as orientações dos líderes do governo entre 2016 e 2018 mais vezes do que os pedetistas.

O trabalho será dividido em quatro capítulos. No primeiro, é feita uma revisão da literatura que trata de temas pertinentes à pesquisa, como presidencialismo de coalizão, o papel dos líderes de bancada na Câmara, o sistema partidário brasileiro, como atua a

oposição parlamentar e conceitos que envolvem a disciplina partidária. A segunda parte do estudo traz uma breve análise da trajetória das quatro legendas que são objeto deste trabalho, desde a fundação até o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. Além disso, a seção busca analisar o grau de alinhamento desses partidos nas disputas para o governo estadual entre 1990 e 2018. Já o terceiro capítulo é composto por uma análise de conjuntura do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso e do governo de Michel Temer, que apresenta o contexto político e o comportamento da oposição em cada período. A quarta etapa da monografia traz a metodologia, os resultados dos cálculos e a análise da disciplina das bancadas, seja em relação aos seus líderes partidários ou ao governo. O trabalho é encerrado com as considerações finais, que resumem o percurso, os achados e as limitações do estudo.

1. DISCIPLINA, PARTIDOS DE ESQUERDA E OPOSIÇÃO: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Este capítulo apresenta uma revisão bibliográfica que aborda conceitos necessários para tratar do tema proposto pelo trabalho: o grau de disciplina partidária dos deputados federais de PT, PDT, PSB e PC do B na oposição a Michel Temer e Fernando Henrique Cardoso, em seu segundo mandato, além da evolução histórica do alinhamento entre as quatro legendas no âmbito do sistema partidário brasileiro.

A seguir, serão abordadas discussões sobre presidencialismo de coalizão, o papel do líder partidário na Câmara dos Deputados, sistema partidário brasileiro, atuação da oposição parlamentar e disciplina partidária. Ao longo desta revisão, o trabalho buscará sustentar que a literatura não reserva um olhar tão atento aos vencidos — ou seja, à oposição parlamentar — e que os estudos sobre o presidencialismo de coalizão, especialmente os que se relacionam com os tópicos presentes neste capítulo, não trazem conclusões relacionadas às questões que envolvem o problema desta pesquisa. Outro objetivo desta seção é mostrar que — para fins analíticos — os quatro partidos podem ser agregados em um bloco, devido à suas alianças eleitorais e escolhas estratégicas nos capítulos seguintes, também serão discutidos outros traços comuns entre os partidos.

1.1. Presidencialismo de coalizão

Fabiano Santos (2002) sugeriu que a análise do comportamento dos partidos no legislativo deve começar a ser feita a partir do conceito de "presidencialismo de coalizão". Partindo desse princípio, o início desta seção trata da construção teórica elaborada por Sérgio Abranches, em um contexto de transição da ditadura militar para a Nova República e antes da promulgação da Constituição Federal de 1988. Em uma época marcada pela turbulência política e pela alta inflação, o pesquisador trouxe à tona o cenário que ele definiu como "dilema institucional brasileiro": um ordenamento institucional que era incapaz de processar os conflitos advindos do pluralismo de valores da sociedade brasileira, reduzir as disparidades econômicas e promover a integração social. Os principais elementos desse quadro — que seriam vinculados à natureza cultural e política do país — eram a combinação entre presidencialismo, federalismo, bicameralismo, multipartidarismo e a representação proporcional (Abranches, 1987).

Diante desses fatores, estabeleceu-se o "presidencialismo de coalizão", um arranjo que, de acordo com o autor, é singular no mundo e tem como traço principal a coexistência

da proporcionalidade e do multipartidarismo com o Executivo dotado de amplos poderes. Mesmo com o "presidencialismo imperial", nas palavras de Abranches, o presidente organizava seu ministério montando grandes coalizões, baseadas em critérios partidários e regionais. Afinal, em um país marcado por constituições extensas, era necessário formar uma maioria qualificada para bloquear mudanças nas Cartas. O pesquisador entendia que faltava solidez em arranjos feitos com bases de apoio tão amplas, nas quais havia múltiplos compromissos e ocorriam pressões em sentido contrário, que poderiam até desestabilizar a autoridade presidencial.

> "É um sistema caracterizado pela instabilidade, de alto risco e cuja sustentação baseia-se, quase exclusivamente, no desempenho corrente do governo e na sua disposição de respeitar estritamente os pontos ideológicos ou programáticos considerados inegociáveis, os quais nem sempre são explícita e coerentemente fixados na fase de formação da coalizão" (Abranches, 1987, p. 27).

Poucos anos depois de Abranches ter cunhado o conceito que norteou grande parte das discussões na Ciência Política brasileira, Scott Mainwaring (1993) publicou um trabalho no qual apontava que elementos similares como a razão da instabilidade democrática no país. O brasilianista sustentou que a combinação entre presidencialismo e sistema multipartidário criou problemas para a solidez institucional do Brasil. Como o partido do presidente dificilmente conseguiria obter maioria no Congresso, o mandatário era obrigado a montar coalizões amplas e necessitava distribuir recursos de patronagem para obter a adesão de outras agremiações à base do governo.

Na visão de Mainwaring (1993), diferentemente do parlamentarismo, sistema em que as legendas têm responsabilidade pela manutenção do governo — e há recursos para alterar o comando do Executivo, como a dissolução do gabinete e a convocação de novas eleições —, no presidencialismo os acordos entre muitos partidos não resultariam em bases de apoio estáveis, já que a presidência não é divisível e o mandato tem período determinado. Dessa forma, a atribuição de costurar os acordos entre as legendas fica a cargo do presidente, que não conta com mecanismos efetivos para construir pactos vinculatórios. O autor defende que o resultado é um cenário mais propenso para que o chefe de governo, cujo partido não é majoritário no parlamento, tenha uma relação conflituosa com o Poder Legislativo e encontre empecilhos para implementar sua agenda.

Barry Ames (2012), outro pesquisador brasilianista, considera que a fragilidade do sistema partidário brasileiro, mesmo em comparação com outros países latino-

americanos, é um dos fatores determinantes para esse impasse. O autor defende que poucas legendas têm programa consistente e raízes genuínas na sociedade, fazendo com que a maioria das agremiações seja guiada por interesses regionais. Isso resulta em um Congresso frágil e avesso a propor soluções efetivas para questões políticas e econômicas (Ames, 2012).

Segundo Ames (2012), o cerne do problema é o sistema eleitoral, que é regido por regras como lista proporcional aberta, distritos grandes — representados por muitos deputados, o que dificulta o controle por parte dos eleitores — e reeleições ilimitadas. Mainwaring (1993), acrescenta que a ausência de barreiras permitia que pequenas siglas obtivessem cadeiras e dificultava a conquista da maioria dos assentos no parlamento por alguma legenda, o que contribuía para a fragmentação partidária. Tais elementos, nas palavras do pesquisador das universidades de Harvard e Notre Dame, resultariam em um caráter "frouxo" dos partidos e um comportamento egoísta por parte dos deputados, que priorizariam seus interesses no caso de conflito com a orientação da legenda. As agremiações seriam tão pouco disciplinadas que o presidente não poderia contar nem mesmo com o apoio em bloco de seus correligionários, fator que o incentivaria a fazer uma política mais personalista e buscar autonomia para governar. Mainwaring (1993) ainda sustenta que, em caso de baixa popularidade do mandatário, uma consequência previsível seria o aumento do impasse entre Executivo e Legislativo.

> "Os partidos brasileiros, nos dois períodos democráticos, foram indisciplinados e incapazes de oferecer uma base de sustentação estável para os presidentes. Dissidências estaduais e defecções de políticos individuais têm sido toleradas pelos partidos, incapazes que são de impor uma disciplina centralizada" (Mainwaring, 1993, on-line).

Alguns anos após a promulgação da Constituição, Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (1998) chamaram atenção para dois aspectos, que, segundo eles, não eram percebidos por Ames, Mainwaring e outros estudiosos do sistema político brasileiro: as prerrogativas para o presidente legislar foram ampliadas pela Carta de 1988 e houve mudanças significativas nos regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado. Ao olhar para esses elementos, que são endógenos à relação entre o Planalto e o Congresso, os autores consideram que a dinâmica institucional brasileira se tornou bem distinta do período entre 1946 e 1964. A partir de achados de pesquisas realizadas durante a década de 1990, ambos os professores discordam da linha que defende a disfuncionalidade do arranjo institucional brasileiro e mostram que há preponderância do

Executivo e cooperação do Congresso, com parlamentares atuando de forma disciplinada. Dessa forma, segundo os autores, haveria uma relação de interdependência entre os poderes.

> "O Executivo domina o processo legislativo porque tem poder de agenda e esta agenda é processada e votada por um Poder Legislativo organizado de forma altamente centralizada em torno de regras que distribuem direitos parlamentares de acordo com princípios partidários" (Figueiredo e Limongi, 1998, p.85).

Figueiredo e Limongi (1998) mostram que, com a Constituição Federal de 1988, a presidência passou a ter poder de iniciativa exclusiva em matérias orçamentárias, tributárias e relativas à organização administrativa, além de prerrogativas para solicitar urgência na tramitação de projetos no Congresso e a possibilidade de editar medidas provisórias. Tais fatores constituem o poder de agenda do Executivo e, somados ao controle de acesso aos postos no governo, colocam-no em posição favorável para negociar com as bancadas partidárias do Legislativo, segundo os autores.

Outro estudioso que segue abordagem semelhante é Fabiano Santos (2022). Ele defende que, após o golpe de 1964, houve uma tendência de centralização do poder decisório no Executivo, traço que permaneceu após a promulgação da Carta de 1998 e serve como um estímulo para que deputados se organizem em partidos parlamentares, no sentido de atuar em consonância com o Planalto — sobretudo no caso de legendas que compõem a base do governo.

O pesquisador mostra que houve uma transição de um "sistema presidencialista faccional" para um "sistema de coalizão racionalizado". Santos defende que dois aspectos foram fundamentais para essa mudança de paradigma: a interação de um presidente maximizador de agenda com deputados em busca de benefícios para suas bases e alteração significativa do controle sobre a legislação orçamentária, que passou a ser monopólio do Executivo. De acordo com essa abordagem, o aspecto-chave para a racionalização do Legislativo é a capacidade das bancadas agirem em conjunto — de forma disciplinada e previsível —, o que contribui para que o grupo de parlamentares ganhe força nas negociações com o governo para ter acesso aos recursos de patronagem. O presidente também se interessa por essa cooperação, pois é importante que o sistema político permaneça estável e ele tenha base de apoio no Congresso, condições necessárias para que o mandatário implemente sua agenda, aumente sua popularidade e tenha mais

chances de ser reeleito — ou colabore para que um aliado encontre uma situação mais favorável para sucedê-lo no cargo (Santos, 2002).

Assim como Santos, Figueiredo e Limongi (1998) admitem que os parlamentares se interessam por patronagem e sinecuras, mas também trabalham para que o Planalto consiga implementar sua agenda com sucesso, já que um bom desempenho da coalizão governamental também pode ajudar na reeleição de deputados e senadores. Ao atuarem de forma disciplinada, parlamentares passam a ter chances de ocupar algum cargo no Executivo e, assim, aumentar sua visibilidade perante o eleitorado (Figueiredo e Limongi, 1998; Santos, 2002).

Reforçando os argumentos dos defensores dessa corrente interpretativa, Octavio Amorim Neto (2000) aponta um fator crucial para o funcionamento da base de apoio ao governo: distribuição dos ministérios de forma proporcional ao peso das legendas aliadas no Congresso. O pesquisador, que considera um gabinete de coalizão apenas as equipes ministeriais em que se observa um bom grau de coalescência, mostra que essa alocação proporcional das pastas é capaz de conferir melhores condições de barganha ao presidente e estabilidade para a base, que entrega ao Planalto um comportamento na Câmara dos Deputados tão disciplinado como os partidos que fazem parte da coalizão em regimes parlamentaristas. Além da força parlamentar da composição aliada ao presidente, Magna Inácio (2006) acrescenta que a combinação de elementos como tamanho e nível de heterogeneidade da base, distribuição adequada de postos de comandos no Legislativo e o grau de competitividade das oposições são aspectos importantes para determinar o sucesso do Executivo no presidencialismo de coalizão.

Acir Almeida (2015) demonstra que, com o passar dos anos, houve mudanças na dinâmica dos trabalhos do Congresso Nacional, especialmente se for levado em conta protagonismo do presidente na produção legislativa. Ele aponta que, em meados da década de 2000, o uso de medidas provisórias e a tramitação de matérias em regime de urgência começou a diminuir, ao passo que comissões permanentes passaram a ter mais centralidade e as proposições feitas por parlamentares ganharam espaço na agenda congressual, que segue o ritmo do processo legislativo ordinário de forma cada vez mais frequente. A perda da importância da representação localista por parte dos parlamentares, o aumento do viés do presidente e a diminuição da polarização entre coalizão governista e oposição são motivos apontados por Almeida (2018) para essa que mudança tenha ocorrido.

Segundo o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apesar de ter crescido na segunda metade da década de 1990, a dominância presidencial diminuiu gradativamente durante o período após a promulgação da Constituição de 1988. Os achados da pesquisa de Almeida (2018) sugerem que o comportamento dos congressistas é condicionado pelo grau que suas legendas têm para influenciar as discussões no Legislativo e que o controle sobre a dinâmica do Congresso variou com a mudança dos chefes do Executivo. O presidente é mais dominante quando a coalizão consegue operar de forma harmônica, concentrando poderes de agenda nos líderes partidários, processo que, segundo Almeida (2018), é intensificado quando aumenta a polarização entre a ala governista e a oposição. Ele ainda defende que "os incentivos dos parlamentares para delegar poder de agenda ao presidente são mais fortes quando a reeleição dos primeiros depende principalmente da associação com o segundo e este desfruta de elevado apoio popular" (Almeida, 2018, p. 75). Sendo assim, Almeida sustenta que alguns congressistas entenderam que assumir um maior protagonismo na produção legislativa pode lhes render maiores dividendos eleitorais do que a busca por uma maior proximidade do Planalto, a depender da situação do seu partido em relação à base governista e do prestígio do presidente.

1.2. O papel dos líderes partidários

Conforme exposto no tópico anterior, a corrente interpretativa da qual Figueiredo, Limongi e Santos fazem parte mostra que Executivo e Legislativo têm interesse em estabelecer uma relação de cooperação e o presidencialismo de coalizão pode ser um sistema funcional. Pesquisadores que seguem essa linha defendem que uma figura central para a operação desse arranjo — portanto, para o sucesso do grupo dos vencedores — é o líder partidário, que representa sua bancada em negociações com o governo e as outras legendas, além de ter poderes de agenda para garantir a unidade de seus correligionários no Congresso. Esse ator conta com mecanismos para induzir a disciplina da bancada, neutralizar comportamentos individualistas e diminuir o impacto das comissões nos trabalhos da Câmara, aspecto fundamental para constituir o plenário como centro decisório do Poder Legislativo (Figueiredo e Limongi, 1998).

A partir das mudanças no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), os líderes passaram a ter prerrogativas para coordenar as bancadas partidárias. Alguns dos principais meios de que eles dispõem para conduzir a dinâmica do Legislativo são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Prerrogativas dos líderes partidários

Prerrogativa	**O que significa**
Participação no Colégio de Líderes	Líderes compõem a instância em que ocorre a definição da agenda e da pauta dos trabalhos legislativos.
Atuação em votações simbólicas	Representam a posição da bancada em apreciações desse tipo, o que funciona como uma forma de contabilizar os votos do partido em determinada matéria.
Acesso à palavra	Líderes são autorizados a participar do debate do plenário em qualquer momento das sessões.
Pedidos de urgência e adiamento das discussões	Podem influenciar a velocidade da tramitação das matérias e limitar a inclusão de emendas nos projetos.
Requerimento de votações nominais	Representam a bancada na contagem da quantidade necessária de parlamentares — mínimo de 6% do total dos presentes — para que a votação seja feita dessa forma.
Indicação para comissões	Líderes distribuem os parlamentares de sua bancada para as comissões permanentes e temporárias, podendo substitui-los a qualquer momento.
Comando do aparato da liderança	Partidos que têm direito a constituir um líder contam com infraestrutura física e servidores para apoiar a liderança.

Fonte: Elaboração própria, com base em Figueiredo e Limongi, 1998; Figueiredo Filho e Silva Junior, 2006; Inácio, 2007

O Colégio de Líderes é uma das instâncias que mais representam o poder de agenda desses atores. Nesse órgão, acontece a definição de quando as proposições serão apreciadas, dando a oportunidade para os representantes das bancadas decidirem a ordem e o contexto em que as matérias irão a plenário. Como mostra Inácio (2007), os líderes

também têm lugar de destaque nos debates, já que, diferentemente da maioria dos parlamentares, eles podem se manifestar na tribuna a qualquer tempo e coordenam uma equipe de servidores, dotada de infraestrutura e alta capacidade técnica para auxiliar as análises e a elaboração de estratégia para a atuação dos partidos na Câmara.

Outra prerrogativa dos ocupantes dessa função é representar a posição das bancadas em vários aspectos dos trabalhos legislativos: é atribuição deles manifestar a posição do partido em votações simbólicas — forma da apreciação da maioria das matérias que chegam ao plenário; propor requerimentos de votações nominais; participar de acordos para definir se haverá adiamento ou urgência na tramitação de matérias, o que afeta o tempo em que serão discutidas e votadas; solicitar a inclusão de emendas em um texto que está sendo apreciado em plenário. A liderança também tem poder de indicar e substituir, a qualquer tempo, os membros dos seus partidos que vão integrar as comissões, além de participar dos trabalhos desses órgãos, mesmo que não os integrem (Figueiredo e Limongi, 1998).

Munido desses recursos, o líder funciona como um "atalho cognitivo para a compreensão do comportamento parlamentar durante as votações importantes em plenário" (Ferreira Júnior e Rocha, 2019, p. 287). Seus correligionários, de acordo com Nivaldo Ferreira Júnior e Aldenir Rocha (2019), seguem as orientações da liderança e delegam a ela a tarefa de coordenar a ação da bancada porque esse ator é capaz de captar as preferências dos liderados e as leva em consideração no momento em que vai negociar com o Executivo. Santos (2002) explica que os partidos são relevantes porque, como instrumento de ação coletiva, aumentam o poder de barganha dos parlamentares disciplinados. O professor da UERJ defende que, se a interação entre a presidência e os partidos parlamentares funciona bem, o governo consegue estabelecer um fluxo favorável de aprovação dos projetos de seu interesse e oferece, como retribuição, recursos de patronagem para sua base aliada.

Dessa forma os parlamentares, de forma individual, têm pouca capacidade para influenciar o curso dos trabalhos legislativos (Figueiredo e Limongi, 1998). Os líderes são fundamentais para estabelecer os partidos como corpos que atuam de forma coordenada, desde que tenham a expertise necessária para conduzir a bancada e intermediar suas relações com outros atores, disponham da confiança dos seus correligionários e tenham preferências que se aproximem da média de seus colegas de partido (Silva Júnior, 2008).

1.3. Sistema partidário brasileiro

Assim como na discussão sobre o presidencialismo de coalizão, a literatura se divide em concepções distintas sobre o sistema partidário brasileiro. Enquanto uma corrente de pesquisadores que publicaram seus diagnósticos entre o começo a década de 1980 e o começo do século XXI sustenta que os partidos brasileiros são frágeis e que o sistema partidário estaria longe de uma consolidação, outro grupo de estudiosos que publicaram suas obras a partir da segunda metade dos anos 1990 apontou um fortalecimento e comportamento programático das legendas no Brasil, podendo claramente ser distinguíveis no espectro direita-esquerda e atuando consistentemente na dinâmica entre Executivo e Legislativo, que é conduzida com bases partidárias (Melo e Câmara, 2012).

Uma forma de análise da consolidação de um sistema partidário é adotar o conceito de institucionalização. Para Scott Mainwaring e Mariano Torcal, em um sistema institucionalizado, "atores desenvolvem expectativas e comportamentos baseados na premissa de que os contornos e as regras fundamentais da competição e do comportamento partidários prevalecerão no futuro previsível" (2005, p. 254). Portanto, de acordo com os pesquisadores, as posturas das legendas seguem um modelo e a dinâmica de interação entre elas é sedimentada, de acordo com os autores, a partir de quatro dimensões: estabilidade nos padrões de competição entre partidos, enraizamento na sociedade, legitimidade das legendas e status e valor próprio. Eles consideram que variável mais simples de se medir — e que talvez seja a mais importante em análises desse tipo — é a competição, que pode ser aferida a partir da volatilidade eleitoral, ou seja, a mudança na porcentagem de votos que partidos recebem entre uma eleição e outra para a câmara baixa. Os autores sustentam que, nos países em que houve democratização tardia, os partidos não tiveram papel determinante na expansão da cidadania, o que dificultou a criação de conexões profundas da sociedade com eles.

Apesar de ressaltarem que as legendas brasileiras surgiram em um contexto de baixa de legitimidade dos partidos em todo o mundo e concordarem com importância da competição para entender a dinâmica democrática de um país, Carlos Ranulfo Melo e Rafael Câmara (2012) não veem o debate da institucionalização nos termos propostos pela literatura — inclusive por Mainwaring e Torcal (2005) — como o mais adequado para tratar o caso do Brasil. Os dois cientistas políticos defendem que essa chave analítica aborda a volatilidade eleitoral no plano federal — não na esfera estadual, onde são

registrados os votos para o Congresso — e ela não é capaz de captar o padrão de disputa pela Presidência da República. Ambos os autores defendem que o aspecto mais importante para entender o sistema partidário é, justamente, a competição pelo comando do Executivo Federal, a partir de três elementos: a previsibilidade do padrão de alternância no governo, como as coalizões são formadas e quais atores e agremiações políticas participam dessa dinâmica. Eles mostram que eleições em regimes presidencialistas e partidos podem se reforçar mutuamente, já que, se as legendas conduzem a dinâmica da disputa, o sistema partidário se fortalece, o que seria o caso do Brasil. Por outro lado, sustentam Melo e Câmara, caso os líderes políticos conduzam movimentos sem muitos vínculos com as legendas, elas são deslegitimadas e o a dinâmica partidária deixa de se estruturar.

> "A presença dos partidos na condução do jogo político naquela que, no caso de regimes presidencialistas, é a principal arena da disputa, é condição necessária para que o sistema partidário possa apresentar algum grau de estruturação" (Melo e Câmara, 2012, p. 81).

Após o fim do quadro que estabelecido a partir dos anos derradeiros da ditadura militar (1964-1985) — o antagonismo entre o autoritarismo, representado pelo PDS, e a democracia, que tinha o PMDB como seu principal símbolo — nas eleições de 1989, as interações entre as legendas, no âmbito da competição pelo principal cargo do Poder Executivo do país, não apresentavam um padrão muito bem definido. Melo e Câmara (2012) defendem que, a partir das eleições de 1994, o panorama da disputa presidencial começou a ganhar uma forma que permaneceria nos pleitos seguintes, o que demonstraria algum grau de institucionalização do sistema partidário brasileiro. Os cientistas políticos postulam que a contenda passou a se dar por duas coalizões ideologicamente definidas (blocos 1 e 2) e um terceiro conjunto de partidos (Bloco 3), que atua de forma fisiológica e busca meios para aderir à base do Executivo, independentemente do bloco ao qual os vencedores pertençam. Dessa forma, os autores defendem que dinâmica partidária se estruturou entre os seguintes grupos:

- Bloco 1: PT, PSB, PDT e PC do B;
- Bloco 2: PSDB, DEM e PPS;
- Bloco 3: PMDB, PP, PTB e PR.

Entre as eleições de 1994 e 2014, a presidência foi disputada de forma direta pelos blocos 1 e 2. O grupo composto por PT, PSB, PDT e PC do B — que será objeto de análise deste trabalho — esteve junto desde as eleições de 1989, que, assim como o pleito

de 1994, foram eventos determinantes para estabelecer o PT como líder do bloco, de acordo com Melo e Câmara (2012), já que o a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência foi a mais bem sucedida que a de Leonel Brizola (PDT) em ambos as ocasiões. Desde então, as legendas dividiram palanque em várias disputas estaduais e federais (o trabalho tratará dessa questão mais especificamente no tópico 2.5), estiveram na base dos governos Lula e Dilma Rousseff em vários momentos e fizeram oposição aos governos Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer — o PSB integrou a coalizão de Temer no início do período do emedebista como chefe do Planalto, mas passou à oposição em maio de 2017, após os diálogos do então presidente com o empresário Joesley Batista terem vindo à tona[1].

Já o Bloco 2 começou a se configurar a partir de 1994, quando o PSDB conseguiu encampar e dar viabilidade eleitoral às bandeiras da estabilidade econômica e da austeridade fiscal, além de ter assumido uma posição mais à direita e antagônica ao PT. Esses movimentos atraíram o DEM — que à época ainda se chamava PFL — e fizeram com que a legenda presidida por Jorge Bornhausen durante boa parte da década de 1990 se tornasse a principal aliada dos tucanos nos anos seguintes (Melo e Câmara, 2012). O PPS fez parte da chapa liderada pelo PT nas eleições presidenciais de 1994, lançou candidatura própria em 1998 e 2002, foi oposição durante todo o governo de Fernando Henrique Cardoso e participou da base do primeiro governo de Lula no início do mandato do petista, mas passou, de acordo com Melo e Câmara (2012), a atuar em consonância com PSDB e DEM desde que deixou a coalizão governamental, em 2004[2]. Por fim, o terceiro grupo não atua de forma coordenada como o bloco 1 e 2, mas há um traço em comum entre as agremiações, que foi percebido pelos dois pesquisadores: elas não necessariamente adeririam a um dos polos na disputa presidencial, mas sim direcionariam seus esforços, no plano federal, a eleger bancadas, na Câmara e no Senado, suficientemente numerosas para se oferecerem como aliadas do Presidente da República, independentemente de quem for o mandatário. Todos os partidos estiveram na base dos governos Temer e FHC e também foram aliados de Lula e Dilma durante boa parte do período em que os dois ocuparam o Planalto.

---

[1] "PSB vai para oposição a Temer e foca em aprovar PEC das diretas". BBC Brasil, 20/5/2017. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39988334

[2] "PPS decide sair da base aliada". Folha de São Paulo, 12/12/2004. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1212200412.htm

Com essa dinâmica, Melo e Câmara defendem que o jogo partidário se tornou, entre 1994 e 2010, mais consolidado que em períodos anteriores, sendo composto por interações sistematizadas, em um contexto em que legendas adotam estratégias distintas e identificáveis, sempre orbitando entre os blocos 1 e 2. A conclusão dos autores é que

> "isso permite caracterizar o sistema partidário brasileiro como dotado de uma estrutura aberta de competição, na qual os dois polos tendem a se alternar, mas na forma de coalizões flexíveis já que os "sócios menores" não são rigidamente definidos" (Melo e Câmara, 2012, p. 86).

Quem não apresenta um diagnóstico tão otimista do acerca da institucionalização do sistema partidário brasileiro é Yan Carreirão (2014). Ao levantar questionamentos sobre a conexão da estrutura da competição eleitoral com a formação dos governos e a possibilidade de partidos derrotados comporem a base do executivo, ele mostra que os três grupos não atuaram de forma tão concatenada entre 1994 e 2010. O autor diagnostica que somente nas eleições de 1998 e 2010 todos os partidos do Bloco 1 estiveram na mesma coligação para as eleições presidenciais; o PPS só esteve com PSDB e DEM em uma disputa pelo Planalto antes de 2018; o antigo PFL não compôs a chapa de José Serra (PSDB) em 2002. Outro aspecto identificado por ele foi o aumento de "coligações inconsistentes" para os demais cargos desde 1998, ou seja, os partidos passaram a se aliar cada vez mais com legendas que participaram de outras chapas presidenciais nas eleições para governador, senador, deputados federais e estaduais.

Tal inconsistência seria um reflexo de uma diminuição cada vez maior do peso da ideologia na dinâmica partidária, de acordo com o professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Além de as coligações eleitorais e as coalizões de governamentais serem cada vez mais heterogêneas, Carreirão mostra que perda de centralidade ideológica também pode ser observada na migração partidária e na criação de novas legendas — PSD, PROS e Solidariedade eram siglas recém-fundadas na época em que ele redigiu o artigo —, já que que elas eram compostas por parcelas significativas de deputados advindos tanto de partidos de direita como de siglas à esquerda. Outro fator apontado pelo cientista político foi que o comportamento parlamentar e o posicionamento de deputados dos dois espectros ideológicos estavam cada vez mais parecidos.

Um diagnóstico comum entre as visões de Carreirão (2014) e Melo e Câmara (2012) é que a alta fragmentação é um aspecto danoso para a consolidação do sistema partidário brasileiro. Cabe ressaltar que mesmo os 'otimistas' Melo e Câmara

consideravam que o quadro traçado por eles não era estanque e viam outros elementos preocupantes, como o baixo grau de enraizamento das agremiações na sociedade, a pouca legitimidade delas perante os eleitores e um comportamento ambíguo de vários líderes políticos, que se moviam em direções diferentes, a depender da circunstância. Mesmo com todas as ressalvas apresentadas, nos parece oportuno assumir a divisão do quadro partidário entre os três grupos e tomar o Bloco 1 como objeto de análise deste trabalho, que também visa identificar se houve impacto das mudanças no cenário político do Brasil após 2012 — ano da publicação do estudo de Melo e Câmara — na dinâmica identificada pelos autores, especialmente no que tange a atuação de PT, PDT, PSB e PC do B como partidos de oposição na Câmara dos Deputados.

1.4. Oposição

Os temas discutidos até aqui foram abordados pela ótica da relação entre o Executivo e sua base de apoio. Como este trabalho busca entender o comportamento parlamentar do bloco vencido, que se contrapôs aos governos de Michel Temer e Fernando Henrique Cardoso, é preciso mostrar como a oposição se insere nas dinâmicas que foram trazidas à tona nos tópicos anteriores. De acordo com Inácio (2007a) e Paulo Sérgio Peres e Gabriella Bezerra (2020), boa parte da literatura não destina um olhar tão atento à atuação de grupos antagônicos ao Executivo, no âmbito do parlamento e no presidencialismo de coalizão. Como um dos objetivos do trabalho é contribuir, de alguma forma, para que essa lacuna na produção bibliográfica seja preenchida, é preciso definir o que entendemos como oposição. Giampaolo Zucchini (1998), em verbete que consta no Dicionário de Política, elaborado por Norberto Bobbio e outros, a conceituou como uma

> "união de pessoas ou grupos que objetivam fins contrastantes com fins identificados e visados pelo grupo ou grupos detentores do poder econômico ou político; a estes, institucionalmente reconhecidos como autoridades políticas, econômicas e sociais, opõem os grupos de oposição sua resistência, servindo-se de métodos e meios constitucionais e legais, ou de métodos e meios de outros tipos, mesmo ilegais e violentos" (ZUCCHINI, 1998, p. 846).

Esta monografia trata da oposição parlamentar, que faz parte do jogo constitucional e legal. Peres e Bezerra (2020) mostram a importância desse grupo para regimes democráticos: é parte de um conflito político regulado e peça fundamental para o sistema de freios e contrapesos. De acordo com essa abordagem, cabe ao setor contrário ao governo assegurar o respeito e a proteção às minorias, a fiscalização, a transparência e, em última instância, chancelar a legitimidade do sistema político e impor obstáculos à

tirania. Segundo ambos os pesquisadores, oposicionistas também se inserem na arena parlamentar para propor políticas alternativas às do Executivo, dificultar o andamento de projetos que interessam ao governo e vetar, ao menos em parte, políticas propostas pelos chefes da União, estados ou municípios.

Além de questões ideológicas e programáticas, resultados eleitorais e do contexto partidário, Inácio (2007a) defende que ganhos nos campos legislativo e orçamentário entram no cálculo de um partido para decidir se vai ou não para a oposição — ou seja, as agremiações avaliam custos e benefícios de se aliar ou se opor ao governo. Nivaldo Ferreira Jr. e Fabiano Schwartz (2019) sugerem que, uma vez que um partido decide ser oposição, ele vai atuar contra o Executivo de forma sistemática, já que em nenhum momento terá usufruto das benesses distribuídas aos partidos da base. Outro motivo para esses atores ratificarem suas diferenças em relação ao chefe de governo é que o objetivo final dos opositores é derrotar a situação nas eleições seguintes (Ferreira Jr. e Schwartz, 2019).

Zucchini defende que o grau de coesão da oposição é variável. O autor italiano destaca que as diferenças se dão no âmbito de cada partido, já que as legendas podem adotar diferentes escolhas estratégicas e ter níveis desiguais de homogeneidade, que são determinados pelo "número e combatividade das facções" (Zucchini, 1998, p. 849). Apesar de a finalidade principal deste trabalho não seja mostrar qual é a relação entre coesão e disciplina partidária, acreditamos que diferentes graus de coesão podem estar associados a uma variação da taxa de disciplina entre os partidos aqui analisados — tal tema pode ser abordado em estudos posteriores.

Como costuma ser um grupo minoritário no Congresso, Gabriella Bezerra (2014) sustenta que a oposição não funciona como um ator com poder de veto e tem poucas chances de brecar a maioria parlamentar. Dessa forma, a pesquisadora mostra que o grupo antagônico ao Executivo lança mão de recursos procedimentais para atrasar as votações, modificar alguns aspectos da matéria em apreciação ou para elevar os custos de apoio ao governo. Algumas ferramentas desse tipo são: discursos no plenário e nas comissões; obstrução; requerimentos de votação nominal, de retirada de pauta e adiamanto da votação, proposição de destaques para votação em separado, emendas e efeitos suspensivos; pedidos de informação, convocação de ministros de estado e realização de audiência pública; viabilização de comissões parlamentares de inquérito (CPIs); ações

diretas de inconstitucionalidade (Adins) e outras medidas judiciais (Bezerra, 2014; Inácio, 2007a).

De acordo com Bezerra (2014), para que esses mecanismos produzam mais efeitos positivos para os oposicionistas, é importante que os líderes dos partidos desse campo façam com que seus correligionários atuem de forma disciplinada. Inácio (2007a) mostra que a Liderança da Minoria é uma posição importante, por garantir a participação do ocupante do posto no Colégio de Líderes, a indicação de um membro do grupo para integrar a Mesa Diretora e as demais prerrogativas de quem comanda as bancadas na Câmara dos Deputados.

Uma delas é o pedido de verificação de votação nominal, que, segundo Inácio (2007a), é a medida que mais confere competitividade ao grupo que se contrapõe ao governo, já que pode elevar os custos para quem apoia o Executivo. Esse instrumento dificilmente muda o resultado das apreciações em pauta, mas pode gerar novas rodadas de negociação entre os parlamentares e atrasar a tramitação de matérias contrárias aos interesses da oposição, como sustenta a professora da Universidade Federal de Minas Gerais. Além disso, as votações nominais mostram como os parlamentares se posicionam em relação a temas polêmicos e, assim, podem gerar danos eleitorais para quem vota a favor de proposições impopulares (Inácio, 2007a). Elas também são um meio para medir a disciplina partidária das bancadas na arena legislativa, tema que é o foco desta monografia e será abordado no próximo tópico.

1.5. Disciplina partidária

A disciplina partidária é um dos fatores-chave nas discussões sobre presidencialismo de coalizão, o papel dos líderes e da atuação da oposição parlamentar. Scott Mainwaring e Aníbal Perez-Linãn entendem que disciplina ou unidade partidária são sinônimos, cuja definição é "a proporção com que os membros de um partido votam do mesmo modo em votações nominais polêmicas" (1998, p. 108). Segundo eles, uma votação é considerada polêmica quando ao menos 25% dos parlamentares se opõem à proposta vencedora. George Tsebelis, por sua vez, mostra que, apesar de serem tratados da mesma forma por muitos atores, disciplina e coesão partidária são conceitos distintos:

> "coesão refere-se à diferença de posições políticas dentro de um partido antes que se proceda à discussão e à votação no interior do partido. Disciplina partidária refere-se à capacidade de um partido para controlar os votos de seus membros no Parlamento" (1997, p. 16).

Como foi mostrado no tópico 1.1 deste trabalho, uma corrente da literatura considera que partidos brasileiros não são disciplinados, enquanto outra apresenta diagnósticos que vão no sentido oposto. A linha analítica adotada por Scott Mainwaring (1993) e Barry Ames (2012) sustenta que o baixo grau de disciplina das bancadas parlamentares é um dos elementos que poderiam levar a um impasse institucional. Por outro lado, Santos (2002) e Figueiredo e Limongi (2001) mostraram que as decisões do parlamento são previsíveis e o Executivo consegue implementar sua agenda justamente pelo fato de as legendas no Brasil serem tão disciplinadas como partidos de várias democracias parlamentaristas consolidadas.

Uma pergunta a ser feita é o que motivaria o comportamento coordenado das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. José da Silva Júnior (2008) defende que a coesão vem de fatores exógenos ao parlamento, especialmente as regras e dinâmicas do sistema eleitoral — tipo de lista, forma que se molda os distritos, organização interna das legendas, seleção de candidatos, identificação partidária, entre outros fatores. Já a disciplina está relacionada ao processo legislativo em si, sobretudo aos poderes regimentais de que o líder dispõe. De acordo com o autor, mecanismos como influência na agenda dos trabalhos, indicação a cargos em comissões e possibilidade de representar o partido em requerimentos que moldam a tramitação das matérias, além da interlocução mais próxima ao Executivo, fazem com que esses atores sejam capazes de coordenar a atuação de seus correligionários no Congresso. Dessa forma, é vantajoso para um deputado atuar de maneira disciplinada, já que, ao seguir a orientação da liderança, aumentam as chances de que ele ocupe posições de destaque no parlamento, o que pode ajudar seu desempenho nas eleições subsequentes (Silva Júnior, 2008). Mainwaring e Perez-Liñán (1998) consideram que nem sempre os partidos são coesos, mas após algumas concessões ligadas ao programa político e a recursos de patronagem, a maioria dos parlamentares vota da mesma forma que seus companheiros de legenda quando a matéria chega ao plenário. Outros fatores podem impactar o grau de disciplina das agremiações, como sugere Jairo Nicolau:

> "o tipo de punição prescrita para os parlamentares que votam diferentemente do líder partidário; o papel das reuniões das bancadas para a definição da agenda legislativa de cada partido; a existência de grupos pró e antigoverno em uma mesma legenda" (2000, on-line).

Se parlamentares da base seguem a orientação da liderança para entregar os votos necessários para aprovar matérias que interessam ao governo e, em troca, recebem os benefícios reservados aos integrantes da coalizão, a oposição poderia agir de forma disciplinada com o intuito de impor barreiras para que haja uma mudança de status quo que vá de acordo com a agenda do Executivo (Bezerra, 2014; Inácio, 2007a). De acordo com as pesquisadoras, como os opositores não são suficientemente numerosos para vetar, por si só, iniciativas do governo, resta a eles atuar em bloco para que as iniciativas obstrucionistas tenham êxito, as propostas sofram algumas modificações e deputados alinhados à situação sofram constrangimentos ao apoiar medidas impopulares.

No caso da oposição à esquerda, uma série de autores mostra que podemos esperar que eles demonstrem um alto grau de unidade nas votações em plenário, independentemente do período analisado a partir da redemocratização. Mainwaring e Perez-Liñán (1998) evidenciam que PC do B, PT, PCB, PSB e PDT foram as legendas mais disciplinadas durante a Assembleia Nacional Constituinte, cujas votações nominais ocorreram em 1988. Já Figueiredo e Limongi (2001) analisaram um período que começou logo após a promulgação da Constituição e foi até o fim da 50ª legislatura (fevereiro de 1999), quando o novo Regimento Interno da Câmara dos Deputados já estava em vigor, constatando que PT e PDT eram os partidos que tinham maior grau de disciplina entre as sete maiores legendas à época, com taxas superiores a 90%. Um diagnóstico semelhante foi feito por Jairo Nicolau (2000), que incluiu mais legendas em estudo que compreendeu o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) e calculou que PT, PC do B, PDT e PSB estiveram entre os cinco partidos mais disciplinados da época. Por sua vez, Bezerra (2014) demonstra que o PT, enquanto foi oposição aos governos do PSDB, teve um grau de disciplina superior a tucanos e demistas, quando ambas as legendas estiveram no lado antagônico ao então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No capítulo 4 deste trabalho, em que consta a metodologia, serão apresentadas e descritas as principais formas de mensurar a disciplina partidária. Além disso, a seção mostrará se PT, PDT, PSB e PC do B foram mais disciplinados durante o governo de Michel Temer ou no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

2. VITÓRIAS E DERROTAS: TRAJETÓRIA DE PT, PDT, PSB E PC DO B, DA FUNDAÇÃO AO IMPEACHMENT DE DILMA

Além de ser importante para descrever as legendas que são objeto deste trabalho, compreender a formação e institucionalização dos partidos pode ajudar na formulação de hipóteses sobre uma possível variação na taxa de disciplina dos partidos entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer. Portanto, neste capítulo será feito um breve sobrevoo pela trajetória de PT, PDT, PSB e PC do B, desde a fundação de cada agremiação até o afastamento da presidenta Dilma Rousseff (PT), em 12 de maio de 2016. Nos próximos tópicos, o trabalho trará à tona alguns dos acontecimentos que tiveram maior destaque na trajetória de cada um dos quatro partidos. Assim, buscaremos destacar quais foram as principais lideranças dessas agremiações, as estratégias de cada sigla nas eleições presidenciais e estaduais a partir de 1989, a maneira como elas se posicionaram na votação do impeachment de Dilma na Câmara e como variou a percepção de deputados federais sobre o posicionamento das quatro legendas na escala direita-esquerda, desde a década de 1990.

Em especial, será analisado o grau de alinhamento entre os quatro partidos nas eleições para governador, entre 1990 e 2018, mensurando a quantidade de vezes em que eles estiveram na mesma coalizão. A matriz de adjacência é mais um elemento para entender se petistas, trabalhistas, pessebistas e comunistas atuaram em bloco desde a redemocratização e dar pistas de como as estratégias para as campanhas presidenciais afetaram a montagem de palanques nos estados.

2.1. Partido dos Trabalhadores (PT)

Em 1979, seis anos antes do fim da ditadura militar no Brasil, o então presidente João Figueiredo sancionou a lei nº 67671, que instituiu mudanças na Lei Orgânica dos Partidos Políticos. A nova legislação acabou com o bipartidarismo, que vigorou durante a maior parte do regime, abrindo espaço para a criação de novas legendas. O Partido dos Trabalhadores foi fundado em fevereiro do ano seguinte, a partir de uma confluência de distintos setores sociais. De acordo com Aarão Reis Filho (2007), a greve dos operários das indústrias automobilísticas de São Bernardo do Campo (SP), em 1978, foi o episódio que deu início à gênese da agremiação. A partir de então, o pesquisador mostra que diversos grupos começaram a se articular até constituir o PT: lideranças sindicais, grupos revolucionários trotskistas, movimentos que fizeram oposição armada à ditadura,

comunidades eclesiais de base e intelectuais vinculados às principais universidades de São Paulo.

Tal congregação, ainda que fosse multifacetada, tinha o princípio fundamental de "criar um partido distinto e específico, de trabalhadores, para se opor à tradição de partidos que pretendiam falar em nome e pelos trabalhadores" (Aarão Reis Filho, 2007, p.2). O PT pregava que a classe deveria ser o agente de sua própria transformação, com o objetivo de chegar ao poder para promover transformações no âmbito nacional — nos sistemas econômico e político — e local, no sentido de reclamar melhores condições laborais e serviços nos bairros (Partido dos Trabalhadores, 1979). Segundo Cristina Maglia e Paulo Sérgio Peres (2015), a composição heterogênea do partido ocasionou o surgimento de uma série de correntes, com distintas concepções ideológicas e estratégicas. André Singer (2012) relata que os sindicalistas ocuparam a maior parte dos principais postos na direção do partido recém-fundado, com Luís Inácio Lula da Silva assumindo o posto mais alto da hierarquia da organização.

Mesmo com o caráter radical do partido, o PT mostrou ter vocação eleitoral já na década de 1980 (Aarão Reis Filho, 2007; Singer, 2012). Em 1989, na primeira disputa direta pela presidência após a redemocratização, Aarão Reis Filho (2007) defende que o lançamento de Lula ao pleito foi uma espécie de anticandidatura, lançada para que as forças que integravam a Frente Brasil Popular (PT, PSB e PC do B) marcassem posição, com a finalidade de se apresentar como alternativa à esquerda e tornar as lideranças do campo mais conhecidas. O historiador sustenta que Leonel Brizola, um dos principais líderes do antigo PTB e figura central do PDT, era tido como um candidato com mais chances de ir ao segundo turno do que Lula, já que o ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro era visto como figura com maior projeção nacional e mais moderada do que o líder sindicalista com atuação marcada no ABC Paulista. Porém, contrariando grande parte dos prognósticos, a chapa composta por Lula e João Paulo Bisol (PSB) obteve 16,69% dos votos válidos — 0,65 ponto percentual a mais do que a votação em Brizola e Fernando Lyra (PDT) — e se credenciou para a disputa do segundo turno contra Fernando Collor (PRN)[3]. Mesmo com a derrota, o pleito foi fundamental para que o PT passasse a ser a legenda-referência do campo das esquerdas, disputa que estava

[3] Todos os dados referentes aos resultados das eleições presidenciais neste trabalho têm como referência o Atlas das Eleições Presidenciais no Brasil. Disponível em: <https://sites.google.com/site/atlaseleicoespresidenciais>

aberta desde os anos finais da ditadura militar (Batistella, 2013; Costa, 2011; Melo e Câmara. 2012; Silva, 2016).

Pedro Silva (2016) ressalta que o bom desempenho na disputa para o principal cargo eletivo do país fez com que os petistas percebessem que tinham boas chances de se tornar um partido governante, o que motivou a legenda a adotar posturas mais amplas, tanto nas alianças como em seu programa. O crescimento e a estabilização da legenda, durante a década de 1990, fizeram com que o PT se tornasse um dos principais partidos do país e passasse a ser um dos dois polos das disputas presidenciais, rivalizando com o PSDB durante seis pleitos (Limongi e Cortez, 2010; Melo e Câmara, 2012). Em meio às derrotas no primeiro turno em 1994 e 1998 — disputas em que a agremiação se coligou, respectivamente, com PSB, PC do B, PPS, PSTU e PV; PDT, PSB, PC do B e PCB — o partido foi profissionalizando cada vez mais sua estrutura interna e seu aparato de campanhas eleitorais, em um processo contínuo para suavizar a imagem da legenda e de seu principal líder (Aarão Reis Filho, 2007). De acordo com Singer, o momento em que houve a "irrupção da segunda alma do PT" (2012, p. 95) e o comprometimento da legenda com as exigências do capital foi a Carta ao Povo Brasileiro, publicada em junho de 2002. Na disputa presidencial daquele ano, o candidato apelidado de "Lulinha Paz e Amor" teve o empresário José Alencar (PL) como companheiro de chapa, que também contou com PC do B, PMN e PCB. Pela primeira vez, o resultado foi positivo para o partido: Lula venceu José Serra (PSDB) no segundo turno, com 61,27% dos votos válidos.

Durante o primeiro mandato do petista, PSB e PC do B permaneceram na coalizão em todos os momentos, enquanto o PDT, que também apoiou Lula no segundo turno das eleições de 2002, compôs com o Planalto no início do governo, abandonando a base em 2004 — no mesmo período, o PMDB passou a fazer parte da coalizão. Além dos trabalhistas, a aliança comanda pelo PT sofreu algumas baixas devido à manutenção de boa parte da agenda macroeconômica dos governos de Fernando Henrique (Silva, 2016). Um dos episódios mais marcantes do período foi a expulsão de quatro parlamentares petistas que votaram contra a reforma da previdência proposta pelo Executivo, em 2003 — esses congressistas participaram da fundação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) no ano seguinte[4]. Outro fato que abalou a imagem de Lula e do PT foi a revelação

[4] Os parlamentares envolvidos no episódio foram a senadora Heloísa Helena (AL) e os deputados federais Babá (RJ), João Fontes (SE) e Luciana Genro (RS). Fonte: Memorial da Democracia. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/dissidencia-do-pt-cria-o-psol>

do escândalo do Mensalão, em 2005, associando a legenda e seus líderes a práticas de corrupção. De acordo com Silva (2016), foi a maior crise política daquele governo.

Ao mesmo tempo, a conjuntura econômica internacional favorável, a adoção de políticas para redução da pobreza e a implementação de iniciativas para ativar o mercado interno foram fatores cruciais para fortalecer a imagem do presidente e contribuíram para que Lula vencesse o tucano Geraldo Alckmin no segundo turno das eleições presidenciais de 2006 (Singer, 2012), com 60,83% dos votos válidos e tendo PRB e PC do B como companheiros de chapa. No segundo mandato, o presidente reeleito não sofreu com turbulências tão significativas e o país apresentou crescimento do PIB acima de 5% em todos os anos, exceto em 2009 — reflexo da crise econômica mundial iniciada no ano anterior[5]. O líder petista encerrou a passagem pelo Palácio do Planalto com 87% de aprovação, segundo o Ibope[6].

O contexto favorável para os petistas beneficiou a candidatura da ex-ministra-chefe da Casa Civil Dilma Rousseff (PT). Ela venceu José Serra (PSDB) no segundo turno das eleições de 2010, com 56,05% dos votos válidos e contando com PDT, PSB, PC do B, PMDB, PR, PRB, PSC, PTC e PTN em sua chapa. A ampla base de apoio, que chegou a reunir mais de 67% das cadeiras na Câmara dos Deputados, ajudou Dilma a ter um período tranquilo à frente do Executivo até o primeiro semestre de 2013, de acordo com Singer (2018). O pesquisador mostra que, a partir das manifestações que ocorreram ao longo do país em junho daquele ano, a primeira mulher que chefiou o Executivo Federal começou a ficar mais acuada e isolada, sintomas do início processo gradual de diminuição do apoio à petista. Mesmo assim, nas eleições de 2014, a presidenta derrotou Aécio Neves no segundo turno, por uma margem mais apertada que nas eleições anteriores: 51,64% a 48,36%. A coligação vencedora era composta por PT, PDT, PC do B, PMDB, PSD, PP, PR, PROS e PRB.

---

[5] No segundo mandato de Lula, a variação real do PIB ao ano foi de 6,07% em 2007, 5,09% em 2008, -0,13% em 2009 e 7,53% em 2010. Fonte: SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais, do Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

[6] Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope. G1, 16/12/2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html >

Enganou-se quem pensava que o clima ficaria menos turbulento para Dilma após a reeleição. A diminuição do ritmo do crescimento econômico entre 2013 e 2014 e a recessão em 2015 e 2016, o avanço da Operação Lava Jato — que atingiu em cheio a base governista —, um acirramento das posições de partidos antagônicos ao PT, a chegada do adversário Eduardo Cunha (PMDB) à presidência da Câmara dos Deputados e dificuldades para manter a base apoio coesa foram alguns dos fatores apontados por Singer (2018) para vários percalços ocorridos no segundo mandato e pela derrocada da petista. Após 8 meses de tramitação no Congresso, o processo de impeachment da presidenta foi aprovado pelo Senado em 31 de agosto de 2016, com 61 votos a favor e 20 contra[7].

Durante o período em que o partido esteve no poder, o processo moderação do PT citado por Aarão Reis Filho (2007) e Singer (2012) refletiu na postura dos deputados federais. Tendo como base dados das oito edições da Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB), realizadas entre 1990 e 2017, César Zucco Jr e Timothy Power (2021) demonstram que, a partir de 2009, parlamentares de PT, PC do B e PDT passaram a se posicionar mais muito mais ao centro do que nas rodadas iniciais do levantamento — vale ressaltar que os autores apontam que, até a edição de 2009, a tendência de aproximação do centro também foi observada na maioria das outras legendas. A partir das respostas aos questionários, em que parlamentares localizam a si mesmos e os partidos na escala direita-esquerda, o PT sempre foi a segunda legenda mais à esquerda entre as 4 legendas que são objeto deste trabalho. Maglia e Peres (2015) explicam que, quando a agremiação ocupou o Palácio do Planalto, houve uma mudança na postura dos seus deputados federais:

> "alguns aspectos considerados fundamentais na liderança legislativa oposicionista foram deixados de lado, em nome de estratégias mais próximas dos partidos mais convencionais, conduzida pelo intuito de maximizar votos e, uma vez no governo, viabilizar a governabilidade frente ao presidencialismo de coalizão" (Maglia e Peres, 2015, p. 6).

Em 2017, quando já estava de volta à oposição, o PT foi posicionado à esquerda dos três levantamentos anteriores da PLB, que foram realizados em 2005, 2009 e 2013. Rafael Câmara et al (2020) chega a conclusões parecidas, utilizando dados do Projeto

[7] Os dados relativos às votações do julgamento impeachment de Dilma no Senado foram baseados em ""Veja como votaram os senadores no julgamento de Dilma Rousseff". Agência Senado, 28/12/2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/veja-como-votaram-os-senadores-no-julgamento-de-dilma-rousseff >

Elites Parlamentares na América Latina (PELA), que adota metodologia similar à da PLB e aborda o período entre 2005 e 2019: entre 2005 e 2014, petistas e membros de outros partidos posicionavam a sigla mais próxima ao centro, enquanto a percepção sobre a legenda ficou consideravelmente mais à esquerda no último levantamento — o que contrariou a tendência geral da Câmara, que se deslocou à direita a partir de 2014, de acordo com os autores.

2.2. Partido Democrático Trabalhista (PDT)

Pouco depois do golpe de 1964, Leonel Brizola, uma das principais lideranças do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), exilou-se no Uruguai, até 1977, e depois nos Estados Unidos, onde permaneceu por poucos meses. Em janeiro do ano seguinte, mudou-se para Lisboa, onde estabeleceu laços com o primeiro-ministro socialista Mário Soares e teve contato com membros da Internacional Socialista. O predomínio do Partido Socialista Português no poder do país à época e a interação com líderes progressistas europeus propiciaram o contexto ideal para que o ex-governador do Rio Grande do Sul se articulasse com outros brasileiros que também estavam exilados — muitos deles também eram ligados ao PTB —, a fim de voltar à cena política do Brasil quando o país apresentasse as condições ideais para tanto (Marques e Gonçalves, 2016).

O plano era refundar o PTB, como relatam Teresa Marques e Leandro Gonçalves (2016), corrigindo vícios do antigo trabalhismo e adaptando o ideário dos antigos líderes do partido às novas demandas que, na época, eram candentes na Europa: direitos das mulheres, da população negra e dos indígenas; pautas ambientais; direitos humanos. Porém, o grupo político de Brizola não conseguiu retomar o partido. Ivete Vargas, sobrinha-neta do ex-presidente Getúlio Vargas, venceu uma batalha judicial, que lhe conferiu, em 12 de maio 1980, o controle da legenda. Alguns dias mais tarde, foi criado o Partido Democrático Trabalhista (PDT), agremiação idealizada por figuras políticas que estavam no exílio, que pregava o socialismo democrático e tinha como principal trunfo o carisma de Leonel Brizola (Costa, 2011; Marques e Gonçalves, 2016). De acordo com Costa (2011), a cúpula partidária defendia que a democracia e a liberdade eram as bases para a superação da dependência histórica do país e, por isso, o objetivo inicial da legenda era conquistar a Presidência da República e outras instâncias de poder para, em vez de promover uma revolução, implementar mudanças e reformas de maneira gradual e pacífica. Nas eleições de 1982, o PDT alcançou sua primeira vitória expressiva: a conquista do governo do Rio Janeiro por Leonel Brizola. Mesmo com pouca capilaridade

nacional em seus primeiros anos de existência — em 1982, os trabalhistas não concorreram às eleições em 12 estados (CPDOC, 2010b) —, a agremiação se considerava apta a vencer a primeira disputa presidencial com voto direto após a redemocratização.

As eleições de 1989 que, nos planos dos pedetistas, seria o momento em que o partido assumiria um protagonismo semelhante ao que tinha o antigo PTB no período entre 1964 e 1964, acabaram se tornando o início do declínio do novo trabalhismo, como mostram Alessandro Batistella (2013) e Izabel Costa (2011). Naquele pleito, Brizola obteve a maioria dos votos no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, estados em que ele construiu sua trajetória política, e em Santa Catarina, mas foi pouco sufragado em Minas Gerais e em São Paulo, fator determinante para impedi-lo de ficar entre os dois candidatos mais votados — o trabalhista só conquistou 1,5% do eleitorado paulista (CPDOC, 2010b). No segundo turno daquele pleito, o PDT manifestou apoio à candidatura de Lula. Apesar da conquista de três governos estaduais nas eleições de 1990, os problemas organizativos do partido ficaram mais explícitos na segunda década de existência da legenda. Costa (2011) mostra que integrantes da agremiação denunciavam práticas fisiológicas, uso de diretórios regionais para promoção pessoal de alguns quadros e, principalmente, a centralização do comando nas mãos Brizola, que acumulou desavenças com integrantes que ganhavam projeção e poderiam desafiar sua influência sobre a organização[8]. Enquanto o PT, principal rival à esquerda, ia se estruturando, as fissuras no ambiente pedetista culminaram com o fraco desempenho nas eleições para presidente em 1994. Ao deixar o segundo mandato à frente do governo do Rio de Janeiro, Brizola terminou a disputa pelo Planalto daquele ano em quinto lugar, sem conquistar sequer a maioria do eleitorado gaúcho e fluminense (CPDOC, 2010b). Após a derrota que, de acordo com Melo e Câmara (2012), foi o marco — juntamente com o resultado do pleito de 1989 — para que os petistas assumissem a liderança no bloco partidário de centro-esquerda e da oposição aos governos de Fernando Henrique, o líder histórico do PDT não conseguiu mais obter êxitos eleitorais. Em 1998, ocupou o posto de vice na chapa de liderada por Lula, que foi derrotada pelo PSDB na disputa pela Presidência da República. O veterano candidato também ficou longe de ser eleito nas disputas pela prefeitura do Rio de Janeiro, em 2000, e por uma cadeira do Rio de Janeiro no Senado, dois anos mais tarde. Brizola

[8] Saturnino Braga, César Maia, Marcello Alencar e Antony Garotinho são alguns dos quadros de destaque que deixaram o partido após terem entrado com conflito com Brizola, nas décadas de 1980 e 1990.

faleceu em 2004, deixando o partido carente de lideranças e com problemas organizativos mais aprofundados (Braga, 2016).

Durante o período em que Lula ocupou a presidência, o PDT transitou entre a base de apoio e uma postura independente. Após ter apoiado o ex-líder sindical no segundo turno das eleições de 2002, os trabalhistas começam o mandato na coalizão governista. Porém, segundo Silva (2016), a insatisfação com os rumos da política econômica fez com que a legenda deixasse a composição do Planalto em dezembro de 2003. Na disputa presidencial de 2006, o partido apresentou a candidatura do senador e ex-membro do PT Cristóvão Buarque (DF), que conquistou apenas 2,64% dos votos válidos. Em 2009, de acordo com o Banco de Dados Legislativos do CEBRAP, o partido voltou a integrar a base do Executivo e fez parte da chapa presidencial de Dilma Rousseff, que ajudou a fundar o PDT no Rio Grande do Sul, e permaneceu na base da presidenta durante todo o período em que ela esteve à frente da chefia do Estado brasileiro. Mesmo com o partido fazendo campanha pela manutenção de Dilma[9] e fechado questão contra o impeachment[10], cerca de um terço[11] dos deputados federais trabalhistas votaram pela admissibilidade do processo. Os três senadores do partido registraram posição favorável ao impedimento da petista no julgamento realizado pela casa. O diretório nacional do PDT chegou a abrir um processo de expulsão contra os seis deputados que contrariaram a determinação da cúpula trabalhista, porém apenas Giovani Cherini (RS) foi retirado dos quadros da agremiação, enquanto os outros cinco parlamentares receberam uma suspensão[12] e continuam filiados à legenda enquanto este trabalho é elaborado.

Fernando Limongi e Rafael Cortez (2010) defendem que o PDT perdeu espaço nas eleições para os principais cargos executivos do país, tendo concentrado suas forças na disputa por vagas no Legislativo e pelo governo de estados menos populosos. Já Maria Socorro Braga (2016) ressalta que o partido ficou ainda mais fragilizado com episódios

---

[9] Lupi e o impeachment: "O que não tem base jurídica é golpe". Ascom PDT. Disponível em: < https://www.pdt.org.br/index.php/lupi-sobre-o-impeachment-tudo-aquilo-que-nao-tem-base-juridica-e-golpe/>

[10] Lupi: "Fechamento de questão do PDT foi decisão coletiva". Ascom PDT. Disponível em: <https://www.pdt.org.br/index.php/passo-a-passo-da-decisao-de-fechar-questao-em-defesa-da-dilma/>

[11] Todos os dados referentes à votação da admissibilidade do impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos deputados foram retirados de "Veja estados e partidos que mais votaram pelo impeachment na Câmara". G1, 18/04/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/veja-estados-e-partidos-que-mais-votaram-pelo-impeachment-na-camara.html>

[12] PDT expulsa deputado e suspende outros cinco que votaram pelo impeachment. Congresso em Foco, 31/5/2015. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/pdt-expulsa-deputado-e-suspende-outros-cinco-que-votaram-pelo-impeachment/>

como o envolvimento do presidente do partido Carlos Lupi em suspeitas de corrupção quando ocupou o cargo de ministro do trabalho (entre 2007 e 2011), e a fundação do Solidariedade, pelo deputado federal Paulinho da Força, que era filiado ao PDT e levou vários parlamentares trabalhistas para a nova legenda. Em 2015, o ex-ministro e ex-governador do Ceará Ciro Gomes se filiou ao partido, levando os trabalhistas de volta às disputas presidenciais. Na disputa de 2018, Ciro obteve 12,47% dos votos válidos no primeiro turno e ficou no terceiro lugar. No momento em que esta monografia é redigida, o cearense se coloca como pré-candidato à Presidência da República em 2022.

Nos sete primeiros levantamentos da PLB, o PDT se posicionou mais ao centro, em comparação com PT, PSB e PC do B (Zucco Jr. e Power, 2021). O deslocamento da Câmara à direita a partir de 2014, tendência apontada por Câmara et al (2020), também afetou trabalhistas e pessebistas, de acordo com os pesquisadores. Eles apontam o surgimento de um novo fenômeno: a "presença de parlamentares de partidos considerados de esquerda – inclusive pelos membros dos demais partidos – que não querem se declarar como ocupantes da parte oeste do espectro ideológico" (Câmara et al, 2020, p. 5). Porém, na 8ª rodada da PLB, realizada em 2017, o PDT ficou à esquerda dos levantamentos apurados em 2005, 2009 e 2013 — uma hipótese para essa mudança, que pode ser tema de estudos posteriores, é a volta da legenda à disputa presidencial, que teria motivado um posicionamento ideológico mais claro dos pedetistas.

2.3. Partido Socialista Brasileiro (PSB)

Dos partidos analisados neste trabalho, o PSB foi o primeiro a ser fundado com o mesmo nome que carrega até hoje. A legenda foi criada em 1947, por um grupo denominado Esquerda Socialista, que não se identificava com o getulismo, com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e com a linha política adotada União Democrática Nacional (UDN). Apesar de ter certo destaque no cenário político durante o período entre 1945 e 1964, estabelecendo relação com movimentos como as Ligas Camponesas, o partido nunca teve um desempenho eleitoral tão expressivo como os dos maiores partidos da época (Dolandeli dos Santos e Sandes-Freitas, 2019). Após ser proscrita pela ditadura militar, a agremiação foi refundada em julho de 1985, por figuras como Antônio Houaiss, Roberto Amaral, Jamil Haddad, Rubem Braga e Joel Silveira, com o intuito ampliar sua força para além dos círculos intelectuais e se tornar uma agremiação de massas, para "ocupar um espaço entre os partidos de esquerda e os de centro, 'através de uma imagem ideológica mais nítida'" (CPDOC, 2010c, on-line). Rodrigo Dolandeli dos Santos e Vitor

Sandes-Freitas (2019) mostram que houve um entrave na reconstrução da legenda, devido ao fato de muitos quadros do antigo PSB terem ido para PT, PDT e MDB antes da recriação do partido. Na década de 1980, os pessebistas atuaram em conjunto com outras legendas do campo das esquerdas na Assembleia Constituinte e nas eleições de 1989, tendo indicado o gaúcho João Paulo Bisol para o cargo de vice na chapa de Lula.

Logo após a derrota da Frente Brasil Popular para Collor, o PSB passou por um momento de inflexão: Miguel Arraes, líder político que fora cassado pela ditadura militar e então governador de Pernambuco, filiou-se ao partido em 1990. A entrada do experiente quadro foi fundamental para o crescimento da legenda, especialmente no berço político de Arraes e em outros estados do Nordeste. Desde as eleições de 1994, o partido elegeu ao menos dois governadores em cada pleito e aumentou sua bancada na Câmara dos Deputados em 146%, se comparamos os parlamentares eleitos em 1994 e 2018, como mostram Dolandeli dos Santos e Sandes-Freitas (2019). Limongi e Cortez (2010) sustentam que, ao lado do PT, o PSB liderou o bloco de centro-esquerda que se apresentou como alternativa viável às eleições na maior parte das disputas estaduais entre 1994 e 2010. Além do pleito de 1989, pessebistas e petistas estiveram na mesma chapa nas eleições presidenciais de 1994, 1998 e 2010. Em 2002, o partido lançou a candidatura de Antony Garotinho ao Planalto, que conquistou o 3º lugar, com 17,87% dos votos válidos. Na disputa seguinte, o partido não apresentou ou nome ou integrou qualquer chapa para a disputa, no intuito de ter mais liberdade para montar seu palanque em cada estado[13].

O PSB permaneceu na coalizão e foi um parceiro importante para os petistas durante todo o período em que Lula ocupou a presidência. Um dos principais aliados do ex-presidente foi Eduardo Campos, neto de Arraes, que chefiou o Ministério da Ciência e Tecnologia entre 2004 e 2005 e, posteriormente, governou Pernambuco, de 2007 a 2014, quando se tornou uma das principais lideranças políticas do país e passou a ser cotado para disputar a Presidência da República. Como mostra Braga (2016), o PSB deixou a base de apoio a Dilma Rousseff em 2013, com a intenção de lançar o nome de Campos nas eleições do ano seguinte. Após ter construído uma chapa com a ex-senadora e ex-ministra Marina Silva — que se filiou ao PSB após não ter conseguido fundar a Rede Sustentabilidade a tempo de participar da disputa — na posição de vice e com o apoio de PPS, PPL, PRP e PHS, o pernambucano faleceu em um acidente aéreo em 13 de agosto

[13] Durante as eleições de 2002 e 2006, vigorou a regra da verticalização das coalizões, que obrigava que partidos mantivessem a mesma coligação nas eleições presidenciais e nas disputas estaduais.

de 2014, menos de dois meses antes do primeiro turno das eleições. Marina assumiu o comando da coligação e conquistou 21,32% dos votos válidos, terminando a disputa 12,23 pontos percentuais atrás de Aécio Neves (PSDB), o segundo colocado. O apoio formal do PSB ao tucano no segundo turno[14] marcou o afastamento que legenda teve do PT, a nível nacional, assim como a postura da agremiação nas votações do impeachment de Dilma Rousseff, quando apoiou a saída da presdienta: 91% dos deputados federais da legenda votaram pela continuidade do processo e cinco dos sete senadores pessebistas foram a favor da condenação de Dilma. Em posição que foi ratificada pela executiva nacional, a bancada do partido na Câmara justificou o endosso à deposição por razões jurídicas e "razões de ordem política, inquestionáveis, tendo Sua Excelência perdido completamente a condição de liderar uma retomada, diante da desastrosa gestão do País, que nos levou a uma crise profunda"[15].

A movimentação do partido ao centro foi captada pela Pesquisa Legislativa Brasileira e pelo Projeto Elites Parlamentares (Câmara et al, 2020; Zucco Jr. e Power, 2021). Na última edição da PLB — apurada em 2017, ou seja, ano em que o PSB fez parte da base de Michel Temer, durante os 5 primeiros meses — o PSB passou a ser o partido posicionado menos à esquerda, se considerarmos as legendas que são objeto deste trabalho. A tendência observada foi semelhante no Projeto Elites Parlamentares: na percepção de membros de outros partidos, no posicionamento da legenda pelos deputados filiados a ela e na autodeclaração dos parlamentares pessebistas, o partido deslocou significativamente ao centro entre 2005 e 2019 (Câmara et al, 2020).

2.4. Partido Comunista do Brasil (PC do B)

Assim como o Cidadania e o novo PCB, o PC do B reivindica a posição de legenda sucessora do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em março de 1922. Em fevereiro de 1962, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Diógenes Arruda e outros militantes comunistas fundaram o PC do B após terem se desentendido com membros do comitê central do antigo PCB. Enquanto alguns membros do partido foram para o exílio durante a ditadura militar, a agremiação organizou núcleos guerrilheiros para

[14] PSB anuncia apoio ao tucano Aécio Neves no segundo turno da eleição. G1, 8/10/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/eleicoes/2014/noticia/2014/10/executiva-do-psb-aprova-apoio-aecio-neves-no-segundo-turno.html>

[15] Bancada do PSB na Câmara decide apoiar impeachment de Dilma Rousseff. PSB, 7/4/2016. Disponível em: <https://www.psb40.org.br/noticias/bancada-do-psb-na-camara-decide-apoiar-impeachment-de-dilma-rousseff/>

combater o regime, concentrado boa parte das atividades na Região do Araguaia, onde vários militantes foram assassinados pelo Exército entre 1972 e 1974 (CPDOC, 2010a). Andréa Santos (2011) relata que, com a volta de lideranças como Amazonas e Arruda do exílio, o partido começou a se reorganizar em 1979, adotando um programa mais condizente com a democracia representativa. Durante a década de 1980, o partido participou de frentes amplas de oposição à ditadura militar e de movimentos para aumentar as conquistas democráticas, tendo apoiado inclusive o governo de José Sarney, período em que os partidos comunistas voltaram a ser legalizados (Sales, 2008; Santos, 2011).

Jean Sales (2008) mostra que o 7º congresso do partido, realizado em maio de 1988, sinalizou um movimento do PC do B à esquerda, definindo como tática eleitoral o apoio a outras legendas que tivessem maior proximidade ideológica, como o PT. Segundo o autor, a aliança com outras agremiações de maior potencial eleitoral passou a ser um meio para dar mais visibilidade às propostas dos comunistas. O PC do B integrou a coligação liderada pelo PT em todas as eleições presidenciais diretas desde a redemocratização, tendo indicado a ex-deputada federal Manuela D'Ávila (RS) ao posto de vice de Fernando Haddad em 2018. A legenda também participou da base do governo durante todo o tempo em que Lula e Dilma ocuparam o Palácio do Planalto, seguindo a estratégia que Silva (2016) denominou como "governo em disputa": pressionar o Executivo, que possuía uma série de contradições internas devido à grande amplitude ideológica da coalizão, a assumir um rumo mais progressista.

Em meio ao processo de impeachment, os comunistas estiveram entre atores mais ativos no apoio a Dilma: representantes do partido recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF) para barrar a tramitação do processo[16], a legenda e entidades vinculadas a ela — como a União Nacional dos Estudantes (UNE) — convocaram manifestações contra a deposição da presidenta eleita[17] e parlamentares da sigla defenderam a manutenção do mandato no plenário da Câmara em diversas oportunidades. Nas votações do Congresso, todos os dez deputados comunistas foram contra a admissibilidade da

[16] PCdoB entra com duas ações no Supremo contra impeachment. Agência Câmara de Notícias, 3/12/2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/477337-pcdob-entra-com-duas-acoes-no-supremo-contra-impeachment/>

[17] UNE participará da grande manifestação em Brasília na sexta. UNE, 11/11/2015. Disponível em: <https://www.une.org.br/noticias/une-participara-da-grande-manifestacao-em-brasilia-na-sexta/>

denúncia e Vanessa Grazziotin, única senadora do partido à época, votou pela absolvição da presidenta eleita.

Em todos as rodadas da Pesquisa Legislativa Brasileira, a bancada do PC do B sempre foi a mais à esquerda entre as legendas que são objeto deste trabalho. Antes do surgimento do PSOL, que passou a figurar na PLB a partir da edição de 2009, os comunistas eram o grupo mais à esquerda de toda a Câmara (Zucco Jr. e Power, 2021). Porém, Zucco Jr. e Power demonstram que a agremiação também se moveu ao centro desde 2009 e consideram que o partido atualmente é "menos extremo" que no início da série (2021, p. 14).

2.5. Coligações entre PT, PDT, PSB e PC do B nas eleições para governador entre 1990 e 2018

No tópico 1.3 desta monografia, que trata do sistema partidário brasileiro, foi citado o trabalho de Melo e Câmara (2012) que sustenta a existência de um bloco partidário formado por PT, PDT, PSB e PC do B. Um dos polos da disputa para a Presidência da República entre 1994 e 2010, o grupo tem afinidades ideológicas e atuou de forma coordenada durante o período, segundo os autores. As quatro legendas também estiveram na oposição durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso e, em vários momentos, fizeram parte da coalizão do Executivo nos governos Lula e Dilma. Tal alinhamento também era percebido nos palanques estaduais, de acordo com Limongi e Cortez (2010): com exceção de 2002, os especialistas mostram que PT e PSB estabeleceram um bloco de alianças para a escolha de candidatos a governador em várias unidades federativas entre 1994 e 2010, enquanto PDT e PC do B foram coadjuvantes nas disputas, aliando-se às duas outras legendas em várias ocasiões. Por outro lado, Carreirão (2014) discorda das análises que colocam as quatro agremiações que são objeto deste trabalho em um grupo coeso e mostra que as coalizões ideologicamente inconsistentes para as eleições subnacionais aumentaram bastante desde 1998 — com exceção da aliança PT-PC do B.

Portanto, as chapas para as disputas estaduais podem ser um termômetro para identificar o alinhamento entre as legendas e entender de que forma as estratégias dos partidos nas eleições presidenciais se refletem nos pleitos que definem os governadores. A fim de contribuir para a discussão sobre a atuação conjunta das siglas consideradas de esquerda e identificar se as mudanças no cenário político alteraram o alinhamento entre as agremiações, nesta seção serão apresentadas matrizes de adjacência com a quantidade

de vezes que PT, PDT, PSB e PC do B se apoiaram nas eleições para governador, entre 1998 e 2018. As colunas dos quadros 2 e 3 mostram em quantas unidades federativas um partido que lançou candidaturas para governador obteve apoio das demais legendas, enquanto as linhas evidenciam o número de oportunidades em que uma agremiação apoiou as outras siglas do bloco. Vale ressaltar que os quadros contabilizam apenas os casos em que o apoio foi dado a uma das quatro legendas que são objeto deste trabalho — dessa forma, a tabela não contabiliza as ocasiões em que duas ou mais siglas estão em uma coligação encabeçada por outro partido. Com o intuito de ilustrar a intensidade das coligações entre as legendas, as células foram coloridas de acordo com o percentual de vezes que uma agremiação apoiou as candidaturas lançadas por outra. A representação de cores segue os seguintes critérios: se o partido A apoio de 0 a 20% de candidaturas do partido B, a célula tem a cor azul escuro; de 21 a 40% tem a cor azul claro; de 41 a 60% tem a cor verde; de 61 a 80% tem a cor vermelho claro; de 81 a 100% tem a cor vermelho escuro. Dessa forma, se o PSB apoiou 14 das 23 candidaturas lançadas pelo PT em 1990, o que corresponde a 60,9% das candidaturas petistas a governos estaduais, a célula terá a cor verde. Quando o partido não lança candidatura, a linha referente a ele fica sem cor.

Em 1990 e 1994, PT e PDT lançaram, respectivamente, Lula e Brizola como candidatos à Presidência da República. Com PSB e PC do B compondo a coligação do ex-sindicalista, ambas as legendas apoiaram mais de 60% das candidaturas petistas nos dois anos. Nesse período, os trabalhistas ficaram mais isolados dos futuros aliados, com exceção dos comunistas em 1990, quando apoiaram 6 das 10 candidaturas pedetistas.

Nas eleições de 1998, quando todas as agremiações do bloco faziam oposição a Fernando Henrique e integraram a mesma chapa na disputa presidencial, o PT foi o partido que lançou mais candidatos a governador (16) e recebeu um maior número de apoios de seus pares — PSB e PDT apoiaram os petistas na mesma proporção, em 7 oportunidades, enquanto o PC do B esteve em 13 coligações lideradas pelo partido de Lula. O PSB foi outra sigla que galvanizou uma boa quantidade de apoios de seus aliados: 7 do PT e do PC do B, além de 3 do PT. Ao todo, PT e PSB estiveram juntos em 14 unidades federativas, o PDT esteve com seus parceiros em 10 disputas e o PC do B acompanhou ao menos uma das três legendas em 21 oportunidades.

Quadro 2 – Matriz das coligações entre PT, PDT, PSB e PC do B nas eleições para governador entre 1990 e 2002

1990					1994					1998					2002				
Quem apoiou	Quem lançou candidatura				Quem apoiou	Quem lançou candidatura				Quem apoiou	Quem lançou candidatura				Quem apoiou	Quem lançou candidatura			
	PT	PSB	PDT	PC do B		PT	PSB	PDT	PC do B		PT	PSB	PDT	PC do B		PT	PSB	PDT	PC do B
PT	X	1	1	0	**PT**	X	3	3	0	**PT**	X	0	0	0	**PT**	X	0	0	0
PSB	14	X	2	1	**PSB**	10	X	3	0	**PSB**	7	X	0	0	**PSB**	0	X	0	0
PDT	3	1	X	0	**PDT**	0	2	X	0	**PDT**	7	0	X	0	**PDT**	0	0	X	0
PC do B	13	1	6	X	**PC do B**	10	2	3	X	**PC do B**	13	0	0	X	**PC do B**	24	0	0	X
Candidaturas	23	1	10	1	**Candidaturas**	16	3	13	0	**Candidaturas**	16	0	1	0	**Candidaturas**	24	21	9	0

Fonte: Elaboração própria, com base do TSE, para os anos de 1990, 1998 e 2002. Os dados de 1994 têm como base o TSE e TRE-CE, TRE-DF, TRE-MG, TRE-PA, TRE-PR, TRE-RJ e TRE-RO. Não foi possível obter os dados de Espírito Santo, Mato Grosso e Rio Grande do Norte para o pleito de 1994.

Quadro 3 – Matriz das coligações entre PT, PDT, PSB e PC do B nas eleições para governador entre 2006 e 2018

2006					2010					2014					2018				
Quem apoiou	Quem lançou candidatura				Quem apoiou	Quem lançou candidatura				Quem apoiou	Quem lançou candidatura				Quem apoiou	Quem lançou candidatura			
	PT	PSB	PDT	PC do B		PT	PSB	PDT	PC do B		PT	PSB	PDT	PC do B		PT	PSB	PDT	PC do B
PT	X	4	0	1	**PT**	X	6	2	0	**PT**	X	2	0	0	**PT**	X	3	0	2
PSB	8	X	1	0	**PSB**	8	X	0	1	**PSB**	2	X	1	1	**PSB**	4	X	2	1
PDT	0	2	X	0	**PDT**	7	5	X	0	**PDT**	7	2	X	1	**PDT**	4	4	X	1
PC do B	18	4	0	X	**PC do B**	9	5	3	X	**PC do B**	12	4	0	X	**PC do B**	11	4	1	X
Candidaturas	18	10	11	1	**Candidaturas**	10	9	4	1	**Candidaturas**	17	11	3	1	**Candidaturas**	16	9	8	2

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Já nos pleitos de 2002 e 2006, vigorou a regra conhecida como verticalização das coligações. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) expediu, em fevereiro de 2002, uma resolução que impedia partidos que lançassem candidatos à presidência fazerem parte da mesma chapa para governador de outras legendas com postulantes ao Planalto[18], o que restringiu a possibilidade de escolha dos partidos. Como PT, PDT e PSB registraram candidaturas à chefia do governo federal, as três agremiações não puderam se coligar nos estados. O PC do B, que fazia parte da aliança que levou Lula à Presidência da República pela primeira vez, apoiou o PT em todas as 24 unidades federativas em que o partido lançou candidato a governador. Nas eleições seguintes, o PSB mudou sua estratégia: a legenda decidiu não apresentar um nome para concorrer à chefia do Executivo federal, no intuito de ter mais liberdade para diversificar os palanques nos estados, de acordo com Roberta Resende e Sara Epitácio (2017). Como consequência da decisão, os pessebistas puderam apoiar o PT em 8 unidades federativas e esteve com o PDT em um estado. Já o PC do B seguiu com a mesma postura de outros pleitos, integrando a chapa presidencial petista, lançando apenas uma candidatura e apoiando o PT em 18 disputas e o PSB em outras 4. O PDT, que teve Cristóvão Buarque como candidato à presidência, contou com 11 postulantes a governador e não pôde se juntar a PT e PC do B em nenhum estado.

Sem as amarras da verticalização, os partidos voltaram a ter o direito mudar as alianças em cada unidade da federação a partir das eleições de 2010. Com mais flexibilidade para a montagem de palanques, a formação das alianças pôde demonstrar de forma mais clara o padrão de alianças estabelecido na disputa. As quatro legendas fizeram parte da coligação para a disputa presidencial que foi liderada por Dilma Rousseff (PT) e também contava com o PMDB. Nesse pleito, PSB, PDT e, principalmente, o PT reduziram o número de candidatos e apoiaram os pemedebistas em várias disputas estaduais — ao menos dois dos quatro partidos que são objeto deste trabalho compuseram chapas lideradas pelo PMDB em 7 unidades federativas. PT e PSB lançaram um número similar de candidatos e receberam apoio de seus pares em ao menos metade dos pleitos.

Após deixar a base de apoio a Dilma, em 2013, o PSB decidiu lançar a candidatura própria na disputa presidencial do ano seguinte. Isso marcou um distanciamento do PT e do PDT, o que foi refletido nos palanques estaduais (Santos e Sandes-Freitas, 2019). Enquanto, em 2010, o PSB esteve com os candidatos do PT em 8 unidades federativas e

[18] Resolução Nº 20.993, de 26 de fevereiro de 2002. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2002/RES209932002.htm>

recebeu o apoio de petistas e trabalhistas em, respectivamente, 6 e 5 estados, quatro anos depois os pessebistas fizeram parte de coalizões lideradas pelo PT em 2 ocasiões e também receberam apoios petistas e pedetistas em 2 unidades federativas. Por outro lado, a aliança do PT com PDT e PC do B permaneceu estável, já que o partido recebeu, respectivamente, 7 e 12 apoios das duas legendas.

Nas eleições que definiram o sucessor de Michel Temer, em 2018, foi a vez do PDT mudar de estratégia e se descolar dos petistas. Com Ciro Gomes como candidato ao Planalto, os trabalhistas mais que dobraram seu número de candidatos a governador e reduziram o apoio ao PT, passando a compor com os candidatos do antigo aliado em apenas 4 disputas estaduais. Já os pessebistas, que novamente foram neutros nas eleições presidenciais, passaram de 2 apoios ao PT em 2014 para 4 alianças com os petistas no ciclo eleitoral seguinte. O PC do B, por seu turno, pôde indicar pela primeira vez um vice à chapa presidencial liderada por um petista e se mostrou mais uma vez um fiel aliado ao PT, apoiando o partido em 11 das 16 unidades federativas em que o partido de Fernando Haddad lançou candidaturas.

Apesar de o bloco PT-PDT-PSB-PC do B não manter em todos os ciclos eleitorais o mesmo grau de coesão dos anos de 1998 e 2010 — como observou Carreirão (2014) e é ilustrado pelos quadros 2 e 3 — e haver momentos em que ao menos uma das legendas se distancia das outras três, os partidos seguem defendendo pautas comuns e atuam em conjunto em vários momentos, sobretudo quando estão na oposição. Da mesma forma que há desgaste entre as agremiações, em outros momentos elas se reaproximam — cinco anos após a ruptura na aliança, PT e PSB negociaram apoios em estados definidos como prioritários para os pessebistas nas eleições de 2018[19]. Nesse sentido, consideramos adequado analisar as quatro legendas como um bloco, especialmente entre 1994 e 2010, como sustentam Melo e Câmara (2012). Também é pertinente reforçar que o bloco apresentou variações em seu nível de alinhamento para as disputas estaduais no período.

Os posicionamentos do PSB nas eleições de 2014 e do PDT nos pleitos de 1990 e 1994 mostram que, quando essas legendas vislumbram a possibilidade de ocupar a Presidência da República, buscam se desvencilhar dos aliados, especialmente do PT. Em 2014 e 2018, o grau de apoio mútuo as legendas, especialmente de pessebistas e

[19] PT decide apoiar PSB em quatro estados em troca da neutralidade do partido na eleição presidencial. G1, 1/8/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/01/pt-decide-apoiar-candidatos-do-psb-aos-governos-de-amazonas-amapa-paraiba-e-pernambuco.ghtml>

trabalhistas a petistas, foi a inferior aos pleitos de 1998 e 2010, quando não vigorou a regra da verticalização. É importante ressaltar que a fragmentação partidária aumentou significativamente a partir do fim da década de 1990 e as eleições de 2018 tiveram o maior número de candidatos à presidência desde o pleito de 1989[20]. Acreditamos que a quantidade de postulantes ao Planalto e a pretensão de cada partido para lançar candidatura à chefia do governo federal influencia na montagem dos palanques estaduais — talvez por nunca vislumbrar a oportunidade de lançar um candidato competitivo à Presidência da República, o PC do B sempre esteve na mesma chapa do PT e foi o maior companheiro dos petistas nas disputas para governador.

A análise da trajetória dos partidos, especialmente no que diz respeito a evolução do posicionamento ideológico e das alianças eleitorais, nos fornece razões para acreditar na pertinência das hipóteses apresentadas no início desse trabalho. Nesse sentido, tais elementos nos fazem esperar que tenha ocorrido um distanciamento de PSB e PDT em relação ao PT e PC do B entre os períodos estudados.

[20] Eleição presidencial terá o maior número de candidatos em 29 anos. Agência Brasil, 7/8/2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-08/eleicao-presidencial-tera-o-maior-numero-de-candidatos-em-29-anos>

3. VENCEDORES EM AÇÃO: CONJUNTURAS DOS GOVERNOS FHC 2 E TEMER

Antes de calcular a disciplina de deputados federais de PT, PDT, PSB e PC do B durante o governo de Michel Temer e comparar os resultados com as taxas observadas durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, é necessário entender a conjuntura de ambos os períodos. Este capítulo trata da época em que o tucano esteve à frente do Executivo Federal, após a sua reeleição, e da passagem do líder emedebista pelo Planalto. A fim de entender os cenários em que os presidentes governaram, serão relatados o contexto político de cada época, as composições da base de apoio ao Executivo, o número de deputados federais por partido e o comportamento da oposição.

3.1. Primeiro reeleito: o governo FHC entre 1999 e 2002

De acordo com Cláudio Couto e Fernando Abrucio (2003), o sucesso do Plano Real e de outros mecanismos no combate à hiperinflação foi o principal fator para garantir a vitória de Fernando Henrique Cardoso — que chefiara o Ministério da Fazenda entre maio de 1993 e março de 1994 — ainda no primeiro turno das eleições presidenciais de 1994. Os autores defendem que o apoio de líderes políticos à estabilização monetária e às reformas constitucionais, os dois principais elementos da agenda do governo do PSDB, eram vistos como sinal de responsabilidade política, o que diminuía a margem de atuação da oposição e os custos para que o presidente recém-eleito compusesse a base do governo. Além de PFL e PTB, que participaram da chapa vitoriosa no pleito de anos anteriores, PMDB e PPB se juntaram à coalizão comandada pelos tucanos, que chegou a contar com 75% dos deputados e senadores (Couto e Abrucio, 2003).

A ampla base de apoio permitiu a aprovação de dezesseis propostas de emendas à Constituição durante o primeiro mandato de FHC, segundo Couto e Abrucio. Entre elas, a Emenda Constitucional 16, de 4 de junho de 1997, que permitiu a reeleição de prefeitos, governadores e do presidente para um período subsequente ao primeiro mandato exercido pelos chefes de governo. No ano seguinte, o acadêmico, ex-ministro e ex-senador venceu novamente Luiz Inácio Lula da Silva no primeiro turno e foi reconduzido à presidência, com 53,06% dos votos válidos[21].

Quadro 4 – Coalizões do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)

Coalizão	Partidos	Data de início	Data do fim	Número de deputados	Porcentagem das cadeiras
FHC II 1	PSDB - PFL - PMDB – PPB	1/1/1999	4/3/2002	348	67,84%
FHC II 2	PSDB - PMDB – PPB	5/3/2002	31/12/2002	232	45,22%

Fonte: Banco de Dados Legislativos – CEBRAP

Denominada como "supercoalizão" por Kurt von Mettenheim (2003), a base formal de Fernando Henrique Cardoso permaneceu numerosa em seu segundo mandato, contando com 67,84% cadeiras, quase 8 pontos percentuais acima da marca de 3/5 do Câmara, que representa a quantidade de votos necessária para emendar a constituição. Além das legendas que contavam com filiados em ministérios — por não ter ocupado cargos no primeiro escalão durante o período, o PTB não foi incluído no Quadro 2[22]—, outros partidos que não compunham a base formal do governo também cooperaram com o Executivo nas votações em plenário, como PTB, PL, PSC, PRN, PTR, PSD[23], PRP e PSL (Darrieux, 2019). Como pode-se observar no Quadro 5, as quatro agremiações que agraciadas com a chefia de ministérios eram as que tinham maiores bancadas no início da 51ª legislatura da Câmara dos Deputados. Nesse período, as 11 legendas com mais parlamentares na legislatura detinham, juntas, 504 cadeiras, o que representava 98,25% dos assentos da casa — índice que viria a diminuir nos períodos seguintes.

[22] A decisão foi segue a linha de escolha feita no artigo FIGUEIREDO, A. C.; ROSA, G. R. da G.; RODRIGUES, L. de P. Argelina Cheibub Figueiredo – Coalizões governamentais na democracia brasileira. Primeiros Estudos, [S. l.], n. 3, p. 159-196, 2012. DOI: 10.11606/issn.2237-2423.v0i3p159-196. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/primeirosestudos/article/view/52546>.

[23] A sigla PSD se refere ao partido que foi criado em 1945, proscrito pela Ditadura Militar (1964-1985), reativado na década de 1980 e incorporado ao PTB em 2003.

Quadro 5 – Número de parlamentares por partido na posse da 51ª legislatura (1999-2003)

Partido	**Tamanho da bancada**
PFL	106
PSDB	100
PMDB	84
PPB	60
PT	59
PTB	31
PDT	25
PSB	17
PL	12
PC do B	7
PPS	3
PSD	2
PMN	2
PSC	1
PRONA	1
PSL	1
PST	1
PV	1
Total	**513**

Fonte: Câmara dos Deputados

Diferentemente do que aconteceria com seus sucessores, os tucanos conseguiram montar uma aliança que ideologicamente coesa, marcadamente de centro-direita, de acordo com Frederico Bertholini e Carlos Pereira (2017). Os pesquisadores ainda mostram que Fernando Henrique precisou de menos legendas para formar sua base e teve custos menores para manter a coalizão — medidos pela distribuição de emendas parlamentares individuais, quantidade de ministérios e total de recursos alocados para os ministérios — do que Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff[24]. O arranjo permitiu

[24] Bertholini e Pereira também ressalvam que ambos os petistas enfrentaram um contexto de maior fragmentação partidária na Câmara dos Deputados

ao governo implementar boa parte de sua agenda: no segundo mandato de FHC, o Executivo teve taxa de sucesso de 74,48% e dominância de 81,57%, percentuais ligeiramente inferiores aos do mandato anterior, que foram, respectivamente, 78,72% e 84,40% (Figueiredo e Limongi, 2007).

Couto e Abrucio (2003) sustentam que, com a sólida base no Congresso, o plano do presidente reeleito era avançar, passando da agenda que priorizava a estabilização econômica para a busca por um crescimento sustentado. Porém, o governo encontrou uma série de obstáculos para concretizar seus planos: em 1999, houve uma crise cambial, que levou a mudança de orientação da política na área; o país também por problemas no abastecimento de energia elétrica em 2001, o que obrigou o Executivo a propor medidas de racionamento energético; a economia ainda experimentou um choque de investimentos externos em 2002. Assim, o ano de 2000 foi o único do segundo mandato de Fernando Henrique em que o país não viveu crises econômicas significativas (Couto e Abrucio, 2003; Mettenheim, 2003). As taxas de variação do PIB brasileiro de 1999 a 2002 foram, respectivamente, 0,47%; 4,39%; 1,39%; 3,05%[25].

Durante o período, a oposição — da qual faziam parte parlamentares de PT, PDT, PSB, PC do B, PPS e PV — ocupava 112 cadeiras no início da 51ª legislatura, como pode-se observar no Quadro 5, o que representava 21,8% do total de deputados federais. O grupo era coeso e disciplinado (Anastasia, Inácio e Melo, 2007) e não tinha disposição em cooperar com o governo (Darrieux, 2019). Somente o PT protocolou 16 pedidos de impeachment no segundo mandato do presidente tucano, como mostra Rodolfo Darrieux (2019), com outros partidos do campo antagônico ao governo apoiando alguns dos pedidos e se engajando em marchas que clamavam pela saída do presidente reeleito[26]. Além pressionar pelo impedimento do mandatário, a oposição parlamentar lançou mão de estratégias sinalizadoras e fiscalizadoras, como CPIs, Adins e audiências públicas (Bezerra, 2012).

---

[25] Fonte: SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais, do Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. É importante ressaltar que, no artigo de Couto e Abrucio (2003), escrito antes da consolidação das estatísticas relativas ao PIB daqueles anos, a taxa de variação registrada de 1999 a 2002 e informada no texto foi, respectivamente: 0,79%, 4,36%, 1,42% e 1,52%.

[26] "Genoíno apresenta pedido de impeachment contra FHC". Folha de Londrina, 25/5/1999. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/genoino-apresenta-pedido-de-impeachment-contra-fhc-158564.html>; "Oposição "racha" sobre impeachment de FHC". Folha de São Paulo, 25/8/1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc25089902.htm>

Enquanto os grupos oposicionistas atuaram firmemente durante todo o período, a base do governo foi perdendo força, o que culminou com a saída do principal aliado do PSDB da coalizão. Couto e Abrucio mostram que desgaste dos tucanos com o PFL já vinha desde o primeiro mandato, quando setores mais à esquerda do PSDB tinham como objetivo implementar uma agenda mais desenvolvimentista na economia entre o fim do primeiro e o início do segundo mandato de Fernando Henrique. Os pefelistas apoiaram o Ministério da Fazenda e a ala que defendia um "conservadorismo fiscal e monetário" (2003, p. 283), que, segundo os autores, prevaleceu na definição das políticas públicas até o fim do governo. Outro fator que impactou a relação entre o Planalto e sua base de apoio a partir de 1999, de acordo com os pesquisadores, foi a morte, no ano anterior, do deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL), um dos um dos mais hábeis articuladores entre Executivo e Legislativo durante o primeiro mandato dos tucanos. O episódio que Couto e Abrucio apontam como um marco para o esgarçamento das relações entre os dois partidos mais importantes da situação foi a disputa entre Antônio Carlos Magalhães (PFL) e Jader Barbalho (PMDB) pelo comando do Senado e por uma posição mais proeminente na chapa que concorreria à sucessão de Fernando Henrique Cardoso. Alguns dos principais fatos que ocorreram após a contenda foi a renúncia do ícone pefelista ao mandato de senador e a saída do partido da base do governo, com o objetivo se distanciar do PSDB e lançar candidatura própria no pleito de 2002 (Couto e Abrucio, 2003). O PTB e o PPB, outros dois aliados importantes de Fernando Henrique, também se distanciaram do governo e não participaram da coligação liderada por José Serra (PSDB) nas eleições seguintes. Quem se manteve na base até o final do período em que os tucanos estiveram no planalto foi o PMDB, que indicou a deputada federal Rita Camata como candidata à vice-presidência, em composição com Serra.

Crise econômica, perda de popularidade e enfraquecimento da base ao longo do segundo mandato foram alguns dos principais contribuíram para a perda de força de Fernando Henrique à frente da presidência e que a alternância de poder fosse uma possibilidade cada vez mais real na disputa presidencial de 2002 (Couto e Abrucio, 2003; Mettenheim, 2003). Em 27 de outubro daquele ano, houve uma troca de posições entre vencedores e vencidos: tucanos e pemedebistas foram derrotados no segundo turno, o que levou algumas das principais lideranças dos grupos da oposição parlamentar a ocupar o Planalto e Esplanada dos Ministérios a partir de 2003.

3.2. Ponte para o Planalto: o governo de Michel Temer

Temer assumiu interinamente a Presidência da República em maio de 2016, após o Senado aprovar a admissibilidade do processo de impeachment de Dilma. Desde que foi selada a aliança entre PT e MDB para a composição da chapa presidencial em 2010 — que seria repetida em 2014 —, a relação entre presidenta e vice e entre vários setores dos dois partidos passou por vários momentos conturbados, sendo marcada por antagonismos ideológicos, conflitos e desconfiança mútua (Guilherme, 2020; Singer, 2018). Cássio Guilherme (2020) relata que o deputado federal paulista não era nome o preferido dos petistas para ocupar o posto de vice primeira coligação liderada por Dilma, já que ele fora muito próximo de FHC nos anos em que o tucano ocupou o Planalto. Segundo o autor, o PT trabalhou para que outros partidos da coalizão vetassem o nome de Temer, mas a cúpula emedebista ameaçou romper a aliança e impôs o nome do então presidente da Câmara do Deputados para a composição eleitoral.

Guilherme (2020) e Singer (2018) mostram que os embates não terminaram com a primeira vitória eleitoral da dobradinha que reunia as duas maiores bancadas de deputados federais. Os conflitos persistiram em 2011 e 2012, durante a montagem dos ministérios, as eleições para o comando da Câmara e do Senado e com demissões de ocupantes de cargos de primeiro e segundo escalões envolvidos em denúncias de corrupção, que afetaram quadros emedebistas e apadrinhados de figuras proeminentes do partido. Porém, se comparadas ao que ocorreu a partir de 2015, as tensões ocorridas durante primeiro mandato de Dilma não chegaram a um estágio tão grave. Singer (2018) considera que o primeiro passo para o rompimento entre os dois principais parceiros da coalizão foi dado na eleição para mesa-diretora da Câmara, em fevereiro de 2015, quando Eduardo Cunha (MDB) venceu Arlindo Chinaglia (PT), o que representou a ascensão de uma figura hostil ao governo federal a um posto-chave no arranjo das relações entre Executivo e Legislativo. O professor da USP mostra que, apesar de se posicionar de forma contrária ao Planalto em várias questões, Cunha era um dos principais aliados de Temer no MDB. Enquanto o vice-presidente comandou a articulação política do governo, entre março e agosto de 2015, o presidente da Câmara impôs várias derrotas a Dilma na casa. Segundo Singer, os dois atuavam de forma articulada:

> "Temer (...) fez o papel de "bom policial" (...). Com isso, aumentava o prestígio junto aos empresários. Cunha seguiu no papel do "mau policial", derrotando o governo nos temas em que este assumia posições à esquerda" (2018, p. 208-209).

Temer deixou a Secretaria de Articulação Institucional em agosto de 2015, quando, de acordo com Singer (2018), passou a dar sinais de um maior distanciamento em relação à presidenta e ao PT, o que ficou evidente em episódios como: uma entrevista para a Folha de São Paulo, dada em 5 de agosto daquele ano, quando declarou que o país precisava de alguém com capacidade de união[27]; a publicação, em 29 de outubro, do documento "Uma ponte para o futuro" — pela Fundação Ulysses Guimarães, ligada ao MDB — que Singer considera como uma plataforma política do vice-presidente; uma carta remetida por Temer a Dilma, no dia 7 de dezembro, em que o emedebista se queixava da desconfiança e da falta de disposição que a presidenta teria para incluir o vice e seu partido nas decisões mais importantes de seu governo[28]. Em 2 de dezembro de 2015, Eduardo Cunha aceitou um dos pedidos de impeachment contra a petista, quando as conversas de Temer com a oposição estavam avançadas — posteriormente, o grupo político do vice-presidente negociaria votos a favor da deposição de Dilma com lideranças de partidos que fizeram parte da coalizão do PT (Singer, 2018).

De acordo com Pedro Feliú, o líder emedebista assumiu o governo, em maio de 2016, com o intuito de propor uma plataforma que ia em direção distinta de seus dois antecessores: "Temer impuso una nueva agenda con medidas ortodoxas para enfrentar los problemas económicos después de 13 años del mandato del PT, moviendo el gobierno hacia la derecha" (2018, p. 182). Para perseguir esse fim, conseguiu construir uma coalizão majoritária, ideologicamente homogênea e disciplinada logo que assumiu a presidência, o que garantiu sucesso nas iniciativas do Poder Executivo, especialmente nos primeiros doze meses em que ocupou o cargo (Feliú, 2018). Além de PSDB e DEM, as duas principais legendas de oposição aos governos petistas, a coalizão liderada por Temer contou com PMDB, PR, PRB, PSD, PTB, PPS e PP, de acordo com o Banco de Dados Legislativos do CEBRAP, como pode-se observar no Quadro 6 — o período Temer I se

---

[27] Temer diz que país precisa de alguém capaz de 'reunificar a todos' na crise. Folha de São Paulo, 5/8/2015. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1664881-temer-faz-apelo-publico-por-unidade-e-diz-que-crise-pode-se-agravar.shtml>

[28] Leia a íntegra da carta enviada pelo vice Michel Temer a Dilma. G1, 7/12/2015. Disponível em:<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>

refere ao governo interino e Temer II é iniciado após a cassação de Dilma no Senado. Outras legendas, como PSB e PV, também tiveram quadros ocupando cargos na Esplanada dos Ministérios.

Quadro 6 – Coalizões do governo de Michel Temer (2016-2018)

Coalizão	Partidos	Data de início	Data do fim	Número de deputados	Porcentagem das cadeiras
Temer I	PMDB-PSDB-PR-PRB-PSD-PTB-DEM-PPS-PP	11/05/2016	29/08/2016	313	61,01%
Temer II 1	PMDB-PSDB-PR-PRB-PSD-PTB-DEM-PPS-PP	30/08/2016	16/05/2017	309	60,23%
Temer II 2	PMDB-DEM-PSDB-PR-PRB-PSD-PTB-PP	17/05/2017	30/01/2019	300	58,47%

Fonte: Banco de Dados Legislativos – CEBRAP

Mesmo a coalizão de Temer contando com cinco partidos a mais que a composição inicial do segundo mandato de FHC, se considerarmos os Dados Legislativos do CEBRAP, o grupo não chegou a contar com mais de dois terços dos parlamentares da casa, feito alcançando pelo tucano. Um dos motivos é o aumento da fragmentação partidária na Câmara entre os dois períodos — Feliú (2018) mostra que o Brasil tinha 14,06 partidos efetivos durante a 55ª legislatura, o maior valor no mundo —, o que é ilustrado pelo Quadro 7. Ainda assim, Feliú (2018) sustenta que Temer foi presidente que mais distribuiu ministérios para os partidos aliados desde o primeiro mandato de FHC, o que, somado a uma baixa heterogeneidade ideológica de sua base de apoio, garantiu-lhe 84% de fidelidade dos integrantes da coalizão no Congresso. Isso fez com que, segundo Feliú (2018), houvesse uma relação direta entre direita *versus* esquerda e base *versus* oposição, permitindo com que o emedebista conseguisse ter grande êxito legislativo, a um custo de gestão da coalizão — nos termos da análise proposta por Bertholini e Pereira (2017) — menor que seus antecessores. Esse arranjo sólido fez com que, mesmo com crise econômica, altas taxas de desemprego, baixa aprovação nas pesquisas de opinião, suspeitas de corrupção e propondo medidas impopulares, Temer conseguisse aprovar uma série de reformas significativas, desafiando a correlação positiva entre sucesso presidencial e apoio popular (Feliú, 2018).

Quadro 7– Número de parlamentares por partido na posse da 55ª legislatura (2015-2019)

Partido	Tamanho da bancada
PT	69
PMDB	65
PSDB	54
PP	38
PSD	36
PSB	34
PR	34
PTB	25
PRB	21
DEM	21
PDT	20
SD	15
PSC	13
PROS	11
PPS	10
PC do B	10
PV	8
PSOL	5
PHS	5
PTN	4
PRP	3
PMN	3
PEN	2
PSDC	2
PTC	2
PT do B	1
PSL	1
PRTB	1
Total	**513**

Fonte: Câmara dos Deputados

Algumas das principais medidas do governo Temer, aprovadas por uma boa margem de votos, foram: Novo Regime Fiscal da União (conhecido como "teto de gastos"), terceirização das atividades-fim, fim da exclusividade da exploração do Pré-Sal pela Petrobrás, reforma trabalhista e o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados (DIAP, 2019; Feliú, 2018). Em fevereiro de 2018, a Câmara deu aval ao decreto presidencial que determinou a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, com 82% de votos favoráveis ao texto[29]. A medida bloqueou as apreciações e votações de emendas

[29] Câmara aprova decreto de intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro. G1, 20/2/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/camara-aprova-decreto-de-intervencao-federal-na-seguranca-publica-do-rio-de-janeiro.ghtml>

constitucionais enquanto ela estivesse em vigor — a intervenção durou até o fim de 2018, ou seja, até o término do mandato de Temer.

Após terem feito parte da base do Executivo até o primeiro semestre de 2016, PT, PDT e PC do B, juntamente com PSOL e Rede, passaram a integrar o bloco de oposição a Temer. Mesmo com a missão de antagonizar com o Executivo, houve divergências sobre qual seria a tática adotada durante o governo do emedebista: a negação, obstrução e o questionamento da legitimidade do ex-vice ou a adoção de uma agenda propositiva, buscando dissidentes de outros partidos[30]. Até mesmo o PT não conseguiu construir um consenso sobre como seria sua atuação, já que setores do partido defendiam uma oposição ferrenha a Temer, enquanto outras alas acreditavam que a agremiação deveria apoiar projetos que estivessem de acordo com seus princípios e concepções políticas[31]. Independentemente da linha a ser adotada, os oposicionistas enfrentariam dificuldades, já as bancadas das cinco legendas na Câmara, somadas, ocupavam apenas 97 cadeiras em 2016[32], o que representava 18,9% dos assentos da casa.

[30] Obstrução de votações e protestos: como será a estratégia da oposição a Temer. UOL, 12/5/2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/12/obstrucao-de-votacoes-e-protestos-como-sera-a-estrategia-da-oposicao-a-temer.htm>

[31] PT diverge sobre tom da oposição a governo Temer. Jornal do Commercio, 16/5/2016: https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jamildo/2016/05/16/pt-diverge-sobre-tom-da-oposicao-a-governo-temer/index.html

[32] Maia deve conciliar Centrão, Centrinho, oposição, com PMDB "independente". Correio Braziliense, 14/7/2016. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/07/14/interna_politica,540210/maia-deve-conciliar-centrao-centrinho-oposicao-com-pmdb-independen.shtml>

Quadro 8 – Votos de PT, PDT, PC do B e PSB contra medidas de interesse do Governo Temer

Proposta	PT		PDT		PC do B		PSB	
	Nº votos	% bancada	Nº votos	% bancada	Nº votos	% bancada	Nº votos	% bancada
Teto de gastos (2º turno)	54	98,18%	14	77,77%	11	100%	9	32,14%
Terceirização	54	100%	16	94,11%	12	100%	9	42,85%
Fim exclusividade da Petrobrás no Pré-Sal	48	100%	10	90,90%	10	100%	5	15,62%
Reforma trabalhista	56	100%	15	93,75%	9	100%	16	53,33%
Regime de recuperação fiscal para estados	48	100%	15	88,23%	10	100%	17	51,51%
Intervenção federal no Rio de Janeiro	49	100%	0	0%	8	100%	1	3,84%

Fonte: Elaboração própria, com base dados da Câmara dos Deputados e DIAP (2019. As votações se referem, respectivamente às proposições PEC Nº 241/2016, PL 4.302/1998, PL Nº 4567/2016, PL Nº 6787/2016, PLP Nº 343/2017 e PDC Nº 886/2018. Observações: Votos "Não" e "Obstrução" foram considerados como votos contra o governo; a porcentagem se refere à proporção de votos contrários em relação aos presentes nas votações nominais.

O Quadro 8 mostra a quantidade e a proporção de votos contrários ao governo nas bancadas de PT, PDT, PC do B e PSB em algumas das matérias de maior interesse do Executivo. Nas seis apreciações apresentadas, todos os votos do PC do B foram diferentes da orientação do governo. O PT teve comportamento semelhante — apenas um deputado se absteve na votação da "PEC do Teto de Gastos". Exceto na votação da intervenção federal do Rio de Janeiro, quando o partido apresentou orientação favorável à matéria, os trabalhistas votaram majoritariamente contra Temer. Já a bancada do PSB ficou mais dividida nas apreciações mostradas no quadro, já que boa parte dos parlamentares se viram em um impasse: apesar de os pessebistas terem integrado a base de apoio ao Executivo até maio de 2017, várias das medidas defendidas pelo governo do MDB iam contra posições históricas da legenda. Enquanto esteve com Temer, o PSB orientou seus parlamentares a votar a favor do teto de gastos, da terceirização e do fim da exclusividade da Petrobrás na exploração do Pré-Sal, além de ter liberado a bancada na votação do Regime de Recuperação Fiscal dos Estados. Apesar de quase metade da bancada ter apoiado a medida, a legenda orientou que os deputados votassem contra a reforma trabalhista e recomendou apreciação favorável à intervenção federal no Rio de Janeiro — nessa votação, o PSB já tinha deixado a base do governo.

Apesar de ter conseguido implementar boa parte de sua agenda, Michel Temer não esteve imune a crises durante o período. Vitor Peixoto e Ralph Crespo (2018)

mostram que o “caso Joesley” representou forte abalo na imagem do presidente, chegando-se a aventar a possibilidade de renúncia do mandatário nos dias em que a repercussão do episódio esteve mais candente. Em março de 2017, o empresário Joesley Batista gravou uma conversa entre ele e Temer, que sugeria a anuência do presidente para que o executivo do grupo JBS oferecesse pagamento a Eduardo Cunha, no intuito de impedir que o ex-deputado fizesse uma delação que teria potencial de comprometer figuras ligadas ao governo federal. Os áudios da conversa vieram à tona em março daquele ano e, entre os efeitos imediatos listados por Peixoto e Crespo (2018), destacaram-se a saída de PSB, PPS, PHS e PTN (posteriormente rebatizado de “Podemos”) da base de apoio a Temer e queda nas taxas de aprovação, avaliação positiva e confiança no presidente. Ainda que o caso tenha provocado repercussão e consequências negativas, o governo demonstrou sua força e trabalhou para que duas denúncias relacionadas fossem rechaçadas pela Câmara (Feliú, 2018).

Os escândalos de corrupção envolvendo membros de cargos-chave do governo federal, a dificuldade na retomada econômica e a baixa popularidade de Temer, não foram suficientes para que a oposição conseguisse capitanear manifestações suficientemente amplas para ameaçar a permanência do emedebista no Palácio do Planalto — seja por motivos como a estafa da população com o cenário político, o desagaste da imagem do PT perante o eleitorado, a perda de capacidade de mobilização da esquerda, um baixo envolvimento dos sindicatos, um possível interesse de opositores de deixar o presidente no cargo para enfraquecer o seu grupo político ou outros motivos que foram apontados por diversos cientistas sociais[33] e não são objeto de análise deste trabalho. Apesar da aposta na mobilização popular para minar o governo que, segundo vários setores antagônicos a ele era ilegítimo[34], os 31 pedidos de impeachment apresentados contra Temer sequer tramitaram na Câmara dos Deputados.

Nas eleições presidenciais de 2018, os aliados do governo se dividiram em duas candidaturas: Geraldo Alckmin (PSDB) e Henrique Meirelles (MDB). A queda na popularidade de Temer parece ter refletido no desempenho de ambos presidenciáveis, que obtiveram, respectivamente, 4,76% e 1,20% dos votos válidos no primeiro turno. Por

[33] Para especialistas, população não foi para as ruas porque está descrente. O Globo, 2/8/2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/para-especialistas-populacao-nao-foi-para-as-ruas-porque-esta-descrente-21659940>

[34] PT lança movimento 'Temer, o ilegítimo'. Jornal do Comércio, 12/5/2016. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2016/05/politica/498497-pt-lanca-movimento-temer-o-ilegitimo.html>

outro lado, os opositores lançaram Ciro Gomes (PDT), Marina Silva (Rede), Guilherme Boulos (PSOL) e Fernando Haddad (PT), que chegou ao segundo turno e foi derrotado por Jair Bolsonaro (PSL).

Mesmo chegando ao poder por caminhos diferentes, Fernando Henrique, em seu segundo mandato, e Temer lidaram com um cenário parecido. Ambos os presidentes lideraram uma coalizão de centro-direita, com uma composição parecida: PSDB, PMDB, PFL/DEM, PPB/PP, PL/PR e PTB integraram a base do Executivo nos dois governos. Eles iniciaram seu período à frente do Planalto com uma numerosa composição no Congresso e com capital político significativo, mas foram se enfraquecendo conforme o mandato se aproximava do fim e tiveram grande perda de popularidade enquanto exerceram o cargo. Durante os anos finais do período FHC 2 e o governo do ex-presidente da Câmara dos Deputados, o país enfrentou dificuldades na economia, já que não houve crescimento significativo e sustentado em ambos os períodos. Os dois políticos paulistas passaram por crises que abalaram suas imagens, o que, juntamente com outros elementos da conjuntura política, econômica e social, contribuiu para que eles não conseguissem eleger um aliado para a sucedê-los na chefia do Planalto. A composição de grupos oposicionistas também foi bem parecida, embora o PSB tenha permanecido na base de apoio a Temer em seus primeiros doze meses na Presidência da República. Somadas, as bancadas de PT, PSB, PDT e PC do B no início da 51ª e da 55ª legislatura ocupavam, respectivamente, 108 e 133 cadeiras na Câmara dos Deputados. No capítulo a seguir, o trabalho vai comparar o comportamento dessas quatro legendas em ambos os períodos, analisando as taxas de disciplina partidária e em relação ao governo.

4. OPOSIÇÃO EM BLOCO (?): CÁLCULO DA DISCIPLINA DAS QUATRO LEGENDAS NOS GOVERNOS FHC E TEMER

Neste capítulo, serão apresentadas as análises da disciplina partidária e em relação ao governo dos deputados federais de PT, PDT, PSB e PC do B, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer. A primeira parte do capítulo mostra as escolhas metodológicas adotadas para calcular as taxas e a base de dados utilizada. A seção seguinte traz os resultados encontrados e estabelece a conexão deles com outros tópicos desta monografia.

4.1. Metodologia

Retomando a conceituação de Tsebelis (1997), que definiu a disciplina partidária como a capacidade de uma agremiação controlar os votos de seus membros no parlamento, e entendendo a importância do líder de bancada para a indução desse tipo de comportamento (Ferreira Júnior e Rocha, 2019; Figueiredo e Limongi, 1998; Silva Júnior, 2008), consideraremos que um deputado atuou de forma disciplinada quando votou em conformidade com a orientação do líder partidário. Dessa forma, será calculada a porcentagem de deputados que apoiaram a posição do comandante da bancada nas votações nominais — o que, de acordo com Nicolau (2000), pode ser denominado como "Índice de Fidelidade à Posição do Líder do Partido" — de PT, PDT, PDT e PC do B e de outras sete legendas que compunham os outros dois blocos partidários, estabelecidos por Melo e Câmara (2012): PSDB, DEM e PPS; PMDB, PP, PR e PTB. Além de a base de dados já apresentar o Índice de Fidelidade à Posição do Líder do Partido, o Índice de Rice não foi usado porque ele não leva em conta a orientação do líder (Melo e Batista, 2012)[35]. Como Temer assumiu interinamente a presidência em maio de 2016, o mesmo recorte temporal será feito para o segundo mandato de FHC. Assim, os períodos a serem comparados vão de 11/5/2000 a 31/12/2002 e 11/5/2016 a 31/12/2018, que correspondem um intervalo que vai um pouco além dos 30 meses finais de cada mandato

Os cálculos terão como fonte o Banco de Dados Legislativos do CEBRAP, enviado pelo Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais, da Universidade de São Paulo (NECI-USP). O compilado contém o registro das votações nominais realizadas na

[35] É importante ressalta que o Índice de Fidelidade à Posição do Líder é apresentado em porcentagem e tem módulo maior que o Índice de Rice, já que não há subtração de votos entre a quantidade de votos "Sim" e "Não".

Câmara dos Deputados desde 1989 e mostra resultados, orientações, tipo de votação e outras informações essenciais para investigar o comportamento de parlamentares e partidos em plenário. No cálculo realizado nesta monografia, foram considerados todos os tipos de votações nominais, sejam elas relacionadas ao mérito das matérias em plenários, destaques, requerimentos ou outras questões referentes aos processos legislativos. Como a tabela utilizada não computa os votos dos faltantes, a conta só é feita considerando os deputados que estiveram presentes e registraram voto.

Mainwaring e Perez-Liñan defendem que um partido pode ser considerado disciplinado quando ocorrem votações nominais polêmicas, ou "*highly contested roll calls*" (1998, p. 108). Seguindo essa premissa, os pesquisadores levam em conta as apreciações em que há ao menos 25% de oposição à proposta vencedora. Já Figueiredo e Limongi (2001;2007) adotam uma linha mais abrangente em suas análises: eles excluem apenas as votações consideradas consensuais, ou seja, aquelas em que ao menos 90% dos deputados votam da mesma forma. Assim como Nicolau (2000), optamos por adotar os critérios de Argelina Figueiredo e Fernando e Limongi e excluir apenas as votações em que houve 10% ou menos de discordância. Dessa forma, como é demonstrado no Quadro 9, foram consideradas 121 votações no período analisado do segundo mandato de Fernando Henrique (62,37% do total das votações nominais do período) e 436 apreciações do governo Temer (82,89% das votações nominais). Diferentemente do estudo de Figueiredo e Limongi (2007), não descartamos as votações em que os líderes dos sete maiores partidos à época (PT, PDT, PSDB, PFL, PMDB, PL e PPB) orientaram a bancada da mesma maneira. Afinal, houve mudanças no sistema partidário, inclusive no tamanho relativo dessas agremiações na Câmara, o que pode indicar que tal critério talvez não seja mais tão pertinente.

Quadro 9 – Número de votações nominais com disputa e consensuais na Câmara dos Deputados (recorte FH2 e Temer)

	Recorte FH 2				**Temer**				
Tipo de votação	**2000**	**2001**	**2002**	**Total FH 2**	**2016**	**2017**	**2018**	**Total Temer**	**Total geral**
Votações com disputa	21	71	29	121	83	207	146	436	557
Votações consensuais	22	38	13	73	20	52	18	90	163
Total	43	109	42	194	103	259	164	526	720

Fonte: Elaboração própria, com base em informações no Banco de Dados Legislativos do CEBRAP

Definidos os parâmetros do cálculo, foram elaboradas planilhas no Microsoft Excel, a partir da Base de Dados Legislativos do CEBRAP, e separadas por ano — em 2000 e 2016, foram consideradas apenas as votações realizadas após o dia 10 de maio. A base de dados já indica se o deputado foi disciplinado ou não em todas as apreciações, levando em conta índice de fidelidade à posição do líder do partido — ou seja, se o parlamentar seguiu a orientação do líder em determinada votação, é disciplinado (D) e, caso tenha sufragado uma posição diferente da recomendação para a bancada, é tido como indisciplinado (I). Assim, foram somados o número de votos disciplinados e a quantidade de sufrágios indisciplinados a cada ano. Para obtermos as taxas percentuais, o total anual de cada categoria foi divido pela soma D+I no mesmo período. No caso de votações em que o partido não manifestou orientação ou liberou a bancada, os votos de seus parlamentares foram deixados de fora do cálculo, já que não é possível afirmar se esses congressistas foram disciplinados ou não na falta de uma posição clara a ser seguida. Também foi feito o cálculo para os blocos, que se refere à porcentagem da soma dos votos D e I que todos os partidos que os compõem, divididos pela soma D+I de todas as legendas pertencentes a cada grupo. O mesmo método foi seguido para calcular a disciplina dos partidos e blocos em relação ao governo, cujos resultados também serão apresentados na próxima seção.

4.2. Resultados

Antes de mostrar os resultados dos cálculos da disciplina partidária, nos quadros 10 e 11 e nos gráficos 1, 2, 3 e 4, retomaremos as hipóteses, que foram apresentadas na introdução:

- PT e PC do B foram os partidos mais disciplinados no segundo mandato de Fernando Henrique e seguiram sendo as mais fiéis às posições do líder durante o governo Temer;
- PDT e PSB se moveram mais ao centro e deixaram de ser tão disciplinadas na 55ª legislatura como eram no período analisado da 51ª legislatura;
- petistas e comunistas fizeram oposição sistemática em ambos os governos, pedetistas acompanharam os aliados na oposição a Temer, mas contrariaram menos o emebedista do que o tucano, e os pessebistas votaram majoritariamente com o governo entre 2016 e 2018.

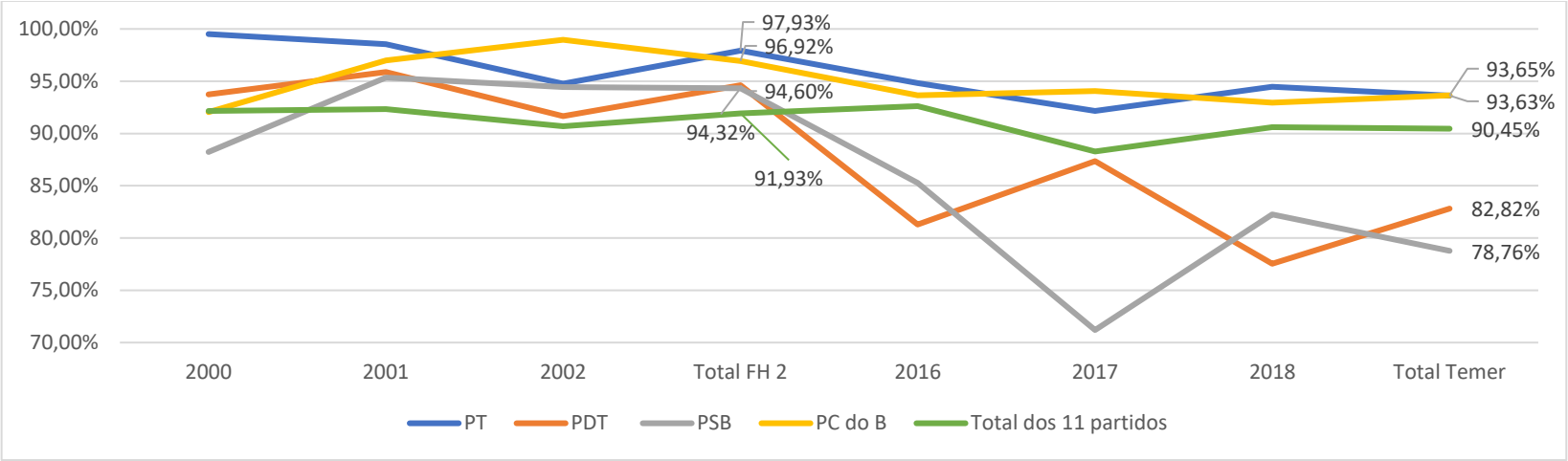
Quadro 10 – Taxa de disciplina partidária dos deputados federais dos blocos 1,2 e 3 no segundo mandato de FHC e no governo Temer

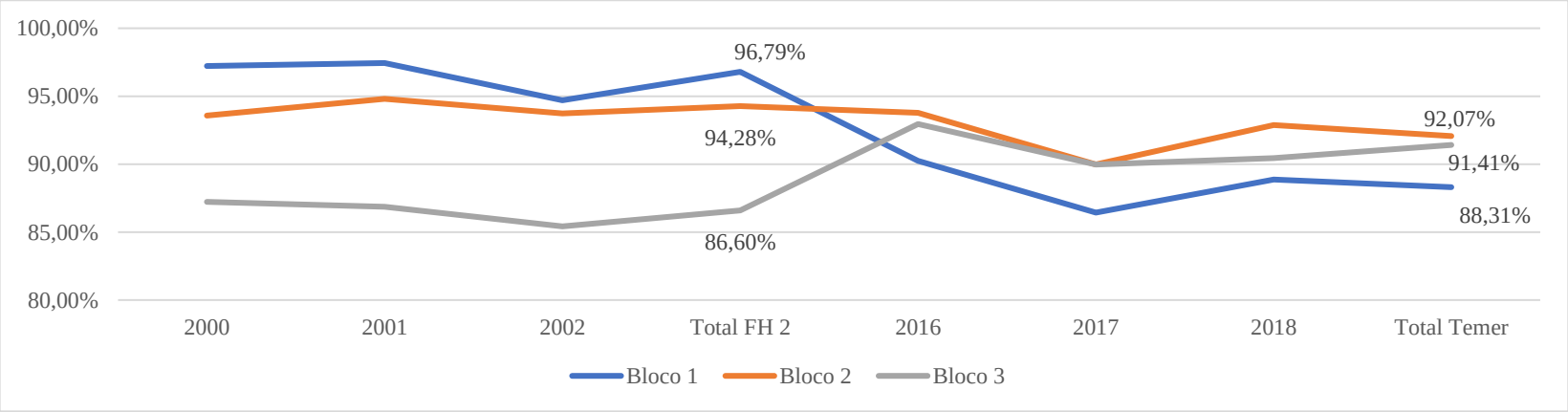
Partido	2000		2001		2002		Total FHC 2		2016		2017		2018		Total Temer	
	D	I	D	I	D	I	D	I	D	I	D	I	D	I	D	I
PT	99,51%	0,49%	98,53%	1,47%	94,77%	5,23%	97,93%	2,07%	94,81%	5,19%	92,16%	7,84%	94,47%	5,53%	93,63%	6,37%
PDT	93,75%	6,25%	95,88%	4,12%	91,67%	8,33%	94,60%	5,40%	81,30%	18,70%	87,36%	12,64%	77,54%	22,46%	82,82%	17,18%
PSB	88,24%	11,76%	95,35%	4,65%	94,43%	5,57%	94,32%	5,68%	85,27%	14,73%	71,20%	28,80%	82,25%	17,75%	78,76%	21,24%
PC do B	92,05%	7,95%	96,99%	3,01%	98,96%	1,04%	96,92%	3,08%	93,66%	6,34%	94,05%	5,95%	92,95%	7,05%	93,65%	6,35%
Bloco 1	**97,22%**	**2,78%**	**97,44%**	**2,56%**	**94,70%**	**5,30%**	**96,79%**	**3,21%**	**90,24%**	**9,76%**	**86,43%**	**13,57%**	**88,86%**	**11,14%**	**88,31%**	**11,69%**
PSDB	94,15%	5,85%	95,21%	4,79%	95,49%	4,51%	95,00%	5,00%	95,52%	4,48%	90,49%	9,51%	94,05%	5,95%	93,21%	6,79%
PFL	92,86%	7,14%	94,62%	5,38%	94,32%	5,68%	94,11%	5,89%	96,10%	3,90%	88,77%	11,23%	91,90%	8,10%	91,83%	8,17%
PPS	95,27%	4,73%	92,92%	7,08%	70,21%	29,79%	88,70%	11,30%	93,75%	6,25%	91,15%	8,85%	90,91%	9,09%	91,90%	8,10%
Bloco 2	**93,58%**	**6,42%**	**94,81%**	**5,19%**	**93,74%**	**6,26%**	**94,28%**	**5,72%**	**93,78%**	**6,22%**	**89,98%**	**10,02%**	**92,87%**	**7,13%**	**92,07%**	**7,93%**
PMDB	87,16%	12,84%	85,89%	14,11%	86,76%	13,24%	86,38%	13,62%	94,34%	5,66%	90,72%	9,28%	93,98%	6,02%	92,80%	7,20%
PL	74,17%	25,83%	76,52%	23,48%	72,94%	27,06%	75,23%	24,77%	90,73%	9,27%	85,71%	14,29%	89,50%	10,50%	89,16%	10,84%
PPB	90,44%	9,56%	90,93%	9,07%	89,32%	10,68%	90,41%	9,59%	93,77%	6,23%	90,41%	9,59%	91,10%	8,90%	92,01%	7,99%
PTB	84,70%	15,30%	89,87%	10,13%	83,84%	16,16%	87,31%	12,69%	90,69%	9,31%	84,72%	15,28%	78,13%	21,88%	85,08%	14,92%
Bloco 3	**87,22%**	**12,78%**	**86,86%**	**13,14%**	**85,42%**	**14,58%**	**86,60%**	**13,40%**	**92,95%**	**7,05%**	**89,98%**	**10,02%**	**90,45%**	**9,55%**	**91,41%**	**8,59%**
Total dos 11 partidos	**92,16%**	**7,84%**	**92,33%**	**7,67%**	**90,69%**	**9,31%**	**91,93%**	**8,07%**	**92,62%**	**7,38%**	**88,28%**	**11,72%**	**90,61%**	**9,39%**	**90,45%**	**9,55%**

Fonte: Elaboração própria, com base no Banco de Dados Legislativos do CEBRAP

Observação: Os dados que estão nas colunas “D” se referem aos votos disciplinados e nas colunas “I” se tratam de votos indisciplinados

Gráficos 1 e 2 - Taxas de disciplina partidária dos deputados federais de PT, PDT, PSB e PC do B e dos blocos 1, 2 e 3 em FHC2 e Temer





Fonte: Elaboração própria, com base no Banco de Dados Legislativos do CEBRAP

Confirmando as conclusões de Bezerra (2014), Figueiredo e Limongi (2001), Mainwaring e Perez-Liñán (1998) e Nicolau (2000), os partidos considerados de esquerda, que fazem parte do Bloco 1, estiveram entre os mais disciplinados no período analisado do Governo FHC2 — como ressaltado na seção anterior, o cálculo do Índice de Fidelidade ao Líder é representado de forma diferente do Índice de Rice. As bancadas de PT e PC do B foram as que mais seguiram as orientações do líder, enquanto os deputados de PDT e PSB, foram, respectivamente, o quarto e quinto grupo de parlamentares mais disciplinados da época. O Bloco 2, que contava com os dois principais partidos da base do Executivo, foi o segundo mais disciplinado — mesmo com o PPS figurando na oposição a FHC — e o Bloco 3 foi o mais indisciplinado, com 10 pontos percentuais de votos "D" a menos que o Bloco 1, o que pode ser um indício para atestar a característica fisiológica dos partidos desse grupo (Melo e Câmara, 2012). A taxa de votos disciplinados do Bloco 1 no período foi quase 5 pontos percentuais superior ao total dos 11 partidos.

Já no governo Temer, apesar de PC do B e PT terem sido novamente os dois partidos mais disciplinados, houve uma mudança de padrão no Bloco 1: PSB e PDT passaram a ser as duas legendas menos disciplinadas entre as agremiações analisadas. A diminuição do percentual de apoio ao líder das duas bancadas, comparada com os dados obtidos no período FHC 2, inverteu a posição do Bloco 1: no governo Temer, esse grupo foi o menos disciplinado entre os três e teve uma taxa 2,14 pontos percentuais abaixo do total dos 11 partidos. Enquanto o Bloco 2, com exceção do PPS, teve leve queda na taxa de disciplina, o Bloco 3, liderado pelo PMDB, aumentou a taxa de fidelidade aos líderes em aproximadamente 4,8 pontos percentuais.

Tais resultados, por um lado, confirmam a hipótese de que PT e PC do B seguiriam com altas taxas de disciplina e PSB e PDT teriam uma diminuição nesse percentual. Porém, a magnitude da queda e o fato de as duas legendas, que outrora estavam entre as mais disciplinadas, serem as que menos seguem as orientações do líder não eram resultados esperados antes da realização dos cálculos. Enquanto o PT é uma legenda estabelecida em um dos polos da competição presidencial, tem o PC do B como aliado mais fiel e ambas as agremiações seguem entre as que têm posicionamento ideológico mais à esquerda — como mostram os resultados da PLB (Zucco e Power, 2021) —, PSB e PDT parecem estar procurando seu espaço no sistema partidário brasileiro, o que pode interferir nas taxas de disciplina das duas bancadas na Câmara. O PSB, que cresceu durante as décadas de 2000 e 2010 (Dolandeli dos Santos e Sandes-Freitas, 2019), se

distanciou das demais legendas do Bloco 1 a partir do primeiro mandato de Dilma Rousseff e, a partir de 2018, voltou a se aproximar dos antigos aliados: rompeu com o PT em 2013, teve a pretensão de ocupar a presidência em 2014, apoiou o impeachment em 2016, compôs a base de Temer em seus primeiros meses à frente do Planalto e voltou a se aproximar com os companheiros do Bloco 1 nas eleições de 2018 e na oposição a Jair Bolsonaro. Mesmo com a filiação de quadros de destaque na oposição a Bolsonaro, como Alessandro Molon, Flávio Dino, Marcelo Freixo e Tabata Amaral, os pessebistas podem ainda não ter encontrado uma liderança com potencial de ser um candidato competitivo uma campanha presidencial — algo que não ocorre desde a morte de Eduardo Campos e a saída de Marina Silva da legenda.

O PDT, que, de acordo com Braga (2016), teve dificuldade para se reestruturar após a morte de Brizola, perdeu força no cenário nacional, e, nas palavras de Limongi e Cortez (2010), se tornou coadjuvante nas disputas para governador a partir da década de 1990. Mesmo com o ingresso de Ciro Gomes na agremiação, que se tornou um dos principais porta-vozes das posições da legenda e foi o terceiro colocado nas eleições presidenciais de 2018, e a direção partidária tendo fechado questão em votações de destaque, como a do impeachment, do teto de gastos e na reforma da previdência — esta última já no governo de Jair Bolsonaro—, os trabalhistas não conseguiram conter dissidentes em vários momentos. Além disso, três dos quatro candidatos a governador pelo PDT que foram ao segundo turno nas eleições de 2018 endossaram a candidatura de Bolsonaro, contrariando a posição da executiva nacional da legenda, que decidiu por apoiar criticamente Fernando Haddad na segunda etapa da disputa presidencial daquele ano[36].

Acreditamos que esses episódios e outras características de das duas legendas refletem no funcionamento de ambas as organizações, afetam a coesão partidária e podem influenciar o comportamento dos deputados pessebistas e trabalhistas em plenário. Ainda que, de acordo com Silva Júnior (2008), fatores exógenos ao parlamento não interfiram na disciplina partidária, aspectos e episódios que moldam e expõem posições das organizações partidárias podem afetar a existência de grupos favoráveis e contrários ao governo nas legendas, as negociações nas reuniões de bancada e até o tipo de punições

[36] "Em três estados, PDT contraria a posição de Ciro e apoia Bolsonaro". Carta Capital, 24/10/2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-tres-estados-pdt-contraria-a-posicao-de-ciro-e-apoia-bolsonaro/>

aplicadas a parlamentares que contrariam orientações do líder e da direção partidária. Esses fatores, de acordo com Nicolau (2000), podem determinar variações no grau de disciplina das bancadas.

Mesmo seguindo como os dois partidos mais disciplinados no governo Temer, se considerarmos as 11 legendas analisadas neste trabalho, PT e PC do B tiveram queda no percentual de votos que seguiram a orientação da liderança: enquanto petistas tiveram diminuição de 4,3 pontos percentuais entre FHC 2 e Temer, os votos de parlamentares do PC do B foram 93,65% disciplinados no governo Temer, contra 96,92% nos anos finais do período de FHC na presidência. A diminuição foi maior que a queda da disciplina total dos 11 partidos, que foi de aproximadamente 1,5 ponto percentual, e pode ser reflexo de um posicionamento cada vez mais ao centro de parlamentares comunistas e petistas (Zucco Jr. e Power, 2021). Os gráficos 1 e 2 mostram a trajetória das taxas de disciplina de PT, PDT, PSB e PC do B e dos três blocos, durante ambos os períodos analisados.

Além da taxa de fidelidade dos deputados de PT, PDT, PSB e PC do B a seus líderes, a disciplina em relação ao governo[37] pode indicar uma mudança de padrão no comportamento dos legisladores de cada partido. O Quadro 11 mostra os percentuais de disciplina das quatro agremiações e das legendas dos blocos 2 e 3 em relação ao governo, no período analisado no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso e no governo Temer. Como era de se esperar, os partidos do Bloco 1 votaram sistematicamente contra o Planalto em FHC2, com 78,23% dos sufrágios contrários à indicação do líder do governo. Por outro lado, o Bloco 2, que continha os dois principais partidos da coalizão do Executivo e o oposicionista PPS, teve mais de 88% de votos favoráveis ao governo, enquanto o Bloco 3, composto por partidos que também apoiavam Fernando Henrique, teve uma porcentagem de 80,85% de sufrágios que iam de acordo com as posições do Planalto.

[37] Pode parecer que não há sentido em trazer a disciplina em relação ao governo quando partidos de oposição são objeto de análise do trabalho. Porém, esse aspecto foi trazido à monografia porque os dados referentes a ele constam no Banco de Dados Legislativos do CEBRAP e se mostra útil para entender o posicionamento das quatro legendas quando o líder do governo manifesta posição, o que indica um grau de alinhamento dessas agremiações às preferências do Planalto.

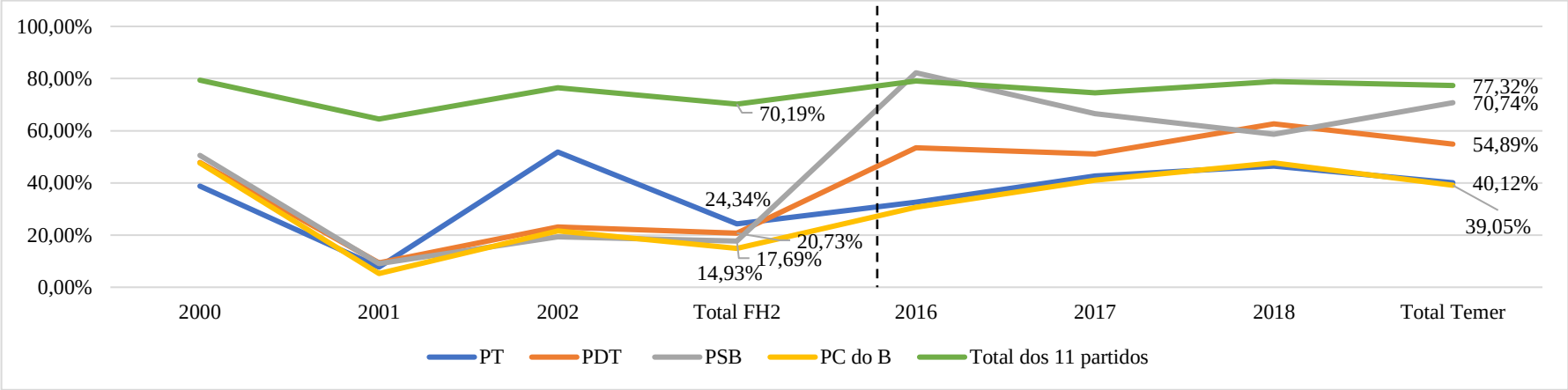
Quadro 11 – Taxa de disciplina em relação ao governo dos deputados federais dos blocos 1,2 e 3 no segundo mandato de FHC

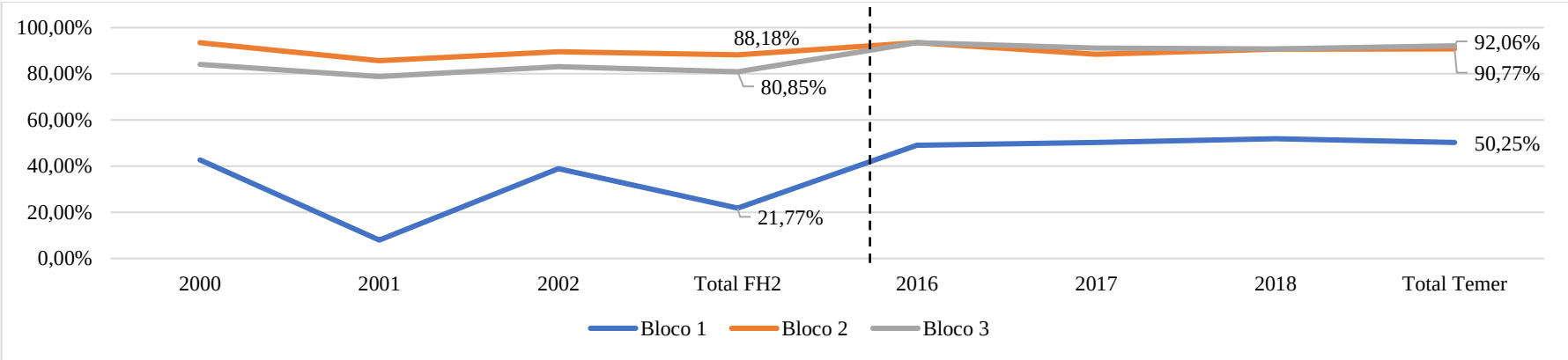
Partido	2000		2001		2002		Total FH2		2016		2017		2018		Total Temer	
	D	I	D	I	D	I	D	I	D	I	D	I	D	I	D	I
PT	38,81%	61,19%	7,72%	92,28%	51,85%	48,15%	24,34%	75,66%	32,62%	67,38%	42,62%	57,38%	46,41%	53,59%	40,12%	59,88%
PDT	47,88%	52,12%	9,35%	90,65%	23,15%	76,85%	20,73%	79,27%	53,51%	46,49%	51,14%	48,86%	62,64%	37,36%	54,89%	45,11%
PSB	50,60%	49,40%	9,05%	90,95%	19,34%	80,66%	17,69%	82,31%	82,22%	17,78%	66,57%	33,43%	58,65%	41,35%	70,74%	29,26%
PC do B	47,66%	52,34%	5,25%	94,75%	21,56%	78,44%	14,93%	85,07%	30,65%	69,35%	41,02%	58,98%	47,66%	52,34%	39,05%	60,95%
Bloco 1	**42,73%**	**57,27%**	**7,96%**	**92,04%**	**38,87%**	**61,13%**	**21,77%**	**78,23%**	**49,09%**	**50,91%**	**50,29%**	**49,71%**	**51,87%**	**48,13%**	**50,25%**	**49,75%**
PSDB	95,29%	4,71%	93,78%	6,22%	96,24%	3,76%	94,66%	5,34%	95,15%	4,85%	89,92%	10,08%	91,74%	8,26%	92,27%	7,73%
PFL	94,14%	5,86%	87,88%	12,12%	86,27%	13,73%	88,75%	11,25%	94,51%	5,49%	89,36%	10,64%	90,49%	9,51%	91,21%	8,79%
PPS	73,18%	26,82%	12,90%	87,10%	64,89%	35,11%	36,28%	63,72%	90,16%	9,84%	78,93%	21,07%	85,47%	14,53%	84,26%	15,74%
Bloco 2	**93,45%**	**6,55%**	**85,68%**	**14,32%**	**89,60%**	**10,40%**	**88,18%**	**11,82%**	**93,47%**	**6,53%**	**88,50%**	**11,50%**	**90,64%**	**9,36%**	**90,77%**	**9,23%**
PMDB	85,58%	14,42%	78,22%	21,78%	87,17%	12,83%	81,79%	18,21%	95,32%	4,68%	91,25%	8,75%	93,18%	6,82%	93,22%	6,78%
PL	58,94%	41,06%	45,17%	54,83%	68,52%	31,48%	53,65%	46,35%	91,35%	8,65%	86,64%	13,36%	87,54%	12,46%	88,98%	11,02%
PPB	86,57%	13,43%	89,54%	10,46%	87,54%	12,46%	88,48%	11,52%	93,97%	6,03%	91,96%	8,04%	91,22%	8,78%	92,53%	7,47%
PTB	84,51%	15,49%	83,86%	16,14%	75,22%	24,78%	81,61%	18,39%	90,08%	9,92%	84,75%	15,25%	89,79%	10,21%	87,90%	12,10%
Bloco 3	**84,00%**	**16,00%**	**78,80%**	**21,20%**	**83,14%**	**16,86%**	**80,85%**	**19,15%**	**93,49%**	**6,51%**	**91,10%**	**8,90%**	**90,83%**	**9,17%**	**92,06%**	**7,94%**
Total dos 11 partidos	**79,39%**	**20,61%**	**64,49%**	**35,51%**	**76,52%**	**23,48%**	**70,19%**	**29,81%**	**79,09%**	**20,91%**	**74,48%**	**25,52%**	**78,81%**	**21,19%**	**77,32%**	**22,68%**

Fonte: Elaboração própria, com base no Banco de Dados Legislativos do CEBRAP

Observação: Os dados que estão nas colunas “D” se referem aos votos disciplinados e nas colunas “I” se tratam de votos indisciplinados

Gráficos 3 e 4 - Taxas de disciplina em relação ao governo dos deputados federais de PT, PDT, PSB e PC do B e dos blocos 1, 2 e 3 em FHC2 e Temer





Fonte: Elaboração própria, com base no Banco de Dados Legislativos do CEBRAP

As bancadas de PC do B e PSB foram as que mais se posicionaram de forma contrária às posições defendidas por FHC, seguidos por PDT e PT, respectivamente. Os petistas foram o grupo de parlamentares que mais contrariou o governo em 2000 e o segundo em 2001, mas, em 2002, os deputados federais filiados à legenda votaram 51,85% das vezes de acordo com a indicação da administração tucana — embora tal análise não esteja no escopo desta monografia, esse resultado talvez se deva à perspectiva de chegada ao poder da agremiação liderada por Lula, que viria a assumir a presidência no ano seguinte. A proporção de quase de votos contrários ao governo de Fernando Henrique do Bloco 1 — cerca de 4/5 dos sufrágios — vai de acordo com o postulado de Ferreira Jr. e Schwartz (2019): a oposição atua de forma sistemática contra o Executivo, já que parlamentares das agremiações antagônicas ao governo não usufruem dos benefícios auferidos por partidos da base. Além disso, os resultados sugerem que as quatro legendas oposicionistas atuaram para dificultar o andamento e tentar vetar as políticas propostas pelo Planalto (Peres e Bezerra, 2020). Por estar em minoria, a atuação em bloco contra o governo e uso de outros artifícios assegurados pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados — que foram listados na seção 1.4 deste trabalho — são as maneiras mais efetivas que a oposição consiga fazer frente ao governo, no âmbito do Parlamento (Bezerra, 2014; Inácio, 2007a).

Porém, ao comparamos a taxa de disciplina da oposição em relação ao governo nos dois períodos observados, a proporção foi de, aproximadamente, 20% em FHC 2 para pouco mais de 50% durante a permanência de Temer no Planalto. Uma consideração importante a ser feita é que o PSB, segunda maior bancada do Bloco 1 na 55ª legislatura e que teve uma taxa de 70,74% de votos favoráveis à posição do governo, fez parte da base de Temer até maio de 2017. Mesmo tendo integrado a oposição durante todo o governo do emedebista, os parlamentares pedetistas também registraram mais sufrágios favoráveis ao governo do que contrários. As bancadas de PC do B e PT, que manifestaram a menor proporção de apoio às orientações do Planalto, passaram a votar mais de acordo com o Executivo, se compararmos os períodos FHC 2 e Temer: os comunistas aumentaram a taxa em 24,12 pontos percentuais e os petistas passaram de 24,34% para 40,12% de votos favoráveis ao governo. Já o Bloco 2, agora com o PPS majoritariamente alinhado ao presidente, aumentou a proporção de apoio em 2,52 pontos percentuais, enquanto o Bloco 3, que teve mais preponderância no governo Temer do que na época de Fernando Henrique, passou de 80, 85% para 92,06%.

Neste trabalho, acreditamos que a diminuição da indisciplina da oposição em relação ao governo pode ser lida por dois tipos de interpretação. O primeiro deles é que os partidos do Bloco 1, que são considerados de esquerda, foram moderando suas posições (Aarão Reis Filho, 2007; Singer, 2012), o que pode ser atestado no deslocamento do posicionamento médio das bancadas para o centro, especialmente a partir da década de 2000 (Zucco Jr. e Power, 2021). Estando menos à esquerda, os parlamentares das quatro legendas poderiam, na época do mandato de Temer, ser menos resistentes a apoiar as teses de uma administração considerada de centro-direita. Além disso, a passagem dos partidos pela coalizão do Executivo nos governos Lula e Dilma também pode ter contribuído para essa possível moderação e menor divergência com o governo, já que a experiência mostrou uma série de desafios da administração pública federal a lideranças políticas desse espectro.

Uma hipótese alternativa possível — e que não cabe a esse trabalho descartar — é que uma mudança nos padrões de relação entre Executivo e Legislativo, sobretudo desde o período em que Lula assumiu a presidência (Almeida, 2015), também reposicionou a oposição no presidencialismo de coalizão. Almeida (2018) mostra que o Congresso passou a ter mais preponderância na agenda legislativa, o que contribuiu para diminuir a dominância do Executivo no parlamento. Com os deputados tendo voz cada vez mais ativa na definição dos trabalhos da Câmara e a participação da oposição no Colégio de Líderes, comissões e outras instâncias, os partidos de fora da base podem ter mais chances de participar da elaboração dos acordos e decisões tomadas pela Casa. Dessa forma, é possível que essa maior introdução na construção das propostas e consensos fez com que os partidos do Bloco 1 ficassem mais propensos a votar com o Executivo, que passou a ter que dar cada vez mais espaço para o Congresso na elaboração da agenda legislativa. Uma análise mais aprofundada de ambas as hipóteses é um possível tema para trabalhos futuros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PISTAS PARA ENTENDER O COMPORTAMENTO DOS VENCIDOS

Este trabalho analisou o comportamento parlamentar de partidos que são considerados de esquerda, enquanto estiveram na oposição, em dois períodos distintos. Assim, destinamos um olhar os grupos vencidos na maioria das ocasiões, já que a literatura costuma enxergar as dinâmicas do presidencialismo de coalizão enfocando a relação entre os vencedores, ou seja, a dinâmica do Executivo e sua base de apoio. Buscou-se responder às seguintes perguntas: qual a taxa de disciplina partidária dos deputados federais de PT, PDT, PSB e PC do B durante o período em que Michel Temer esteve na presidência? As legendas foram tão disciplinadas como no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso?

A partir da análise do Índice de Fidelidade ao Líder do Partido, com informações obtidas no Banco de Dados Legislativos do CEBRAP, obteve-se achados distintos para os dois recortes temporais — 2000-2002 e 2016-2018. No período analisado do governo FHC2, as quatro legendas figuraram entre as cinco mais disciplinadas na Câmara, confirmando as conclusões de outros estudos, que tiveram outros recortes temporais e postularam que parlamentares à esquerda tendem a ser mais disciplinados (Bezerra, 2014; Figueiredo e Limongi, 2001; Mainwaring e Perez-Liñán,1998; Nicolau, 2000). Já durante a época em que Temer esteve na Presidência da República, as siglas tiveram comportamentos distintos: enquanto PC do B e PT foram os partidos com maior grau de disciplina entre as onze agremiações analisadas, os deputados de PSB e PDT, respectivamente, foram os que mais contrariaram as orientações das lideranças — é importante ressaltar que o PSB apoiou o impeachment de Dilma Rousseff e participou da base de Temer durante os primeiros 12 meses de governo do emedebista. Por um lado, os resultados confirmaram as hipóteses apresentadas, mas o fato de pessebistas e trabalhistas terem sido os grupos mais indisciplinados não era esperado quando esta monografia começou a ser produzida.

Outro tipo de cálculo feito neste estudo foi a disciplina das quatro legendas em relação ao governo. A mensuração da disciplina de grupos oposicionistas em relação ao Executivo pode parecer um contrassenso, mas tal análise é feita para dar pistas do quão sistemática foi a atuação dos partidos desse campo para dificultar o avanço das medidas propostas por seus adversários. Em ambos os períodos, as quatro agremiações foram as

que menos seguiram o Planalto nas apreciações nominais, se considerarmos as legendas que entraram no escopo deste trabalho. Porém, a intensidade de votos contrários ao presidente teve variação significativa. Enquanto no recorte temporal de FHC2 o Bloco 1 registrou 78,23% votos que divergentes da posição do líder do governo, durante a permanência de Temer no Planalto porcentagem de sufrágios favoráveis e contrários ao Executivo ficou bem próxima da proporção 50-50%. Novamente, os resultados confirmaram as hipóteses, mas o fato de o PDT votar mais vezes a favor do que contra o Planalto e de as taxas de PT e PC do B serem próximas de 40% de acordo com a orientação Executivo — e sua coalizão de centro-direita — também nos causou surpresa.

Como complemento a essas análises, foram realizados um breve relato sobre a trajetória das quatro legendas, da fundação até a deposição de Dilma, e um levantamento da quantidade de vezes que elas se coligaram nas eleições para governador entre 1990 e 2018, quando a cabeça de chapa pertencia a uma dessas agremiações. Os resultados mostram que, entre 1994 e 2010, com exceção dos pleitos em que a regra de verticalização esteve em vigor — 2002 e 2006 —, PT, PSB e PC do B caminharam juntos em boa parte das disputas estaduais, enquanto o PDT se uniu ao grupo nos pleitos de 1998 e 2010, o que vai de acordo com os achados de Melo e Câmara (2012). Porém, PSB e PDT, passaram, respectivamente, a se afastar de petistas e comunistas a partir de 2014 e 2018, o que coincidiu com eleições em que pessebistas e trabalhistas tinham pretensões de chegar à Presidência da República — o PDT já havia ficado distante de seus aliados nas disputas para governador em 1990 e 1994, quando Brizola era a figura em que a legenda apostava nas disputas pelo Planalto.

Mesmo com a ressalva de que não necessariamente fatores exógenos ao parlamento são a causa para mudanças no comportamento dos congressistas em plenário (Silva Júnior, 2008), acreditamos que o lugar das legendas no sistema partidário pode ter relação com as estratégias e a atuação dos deputados federais na arena legislativa. Desde 1989, PT e PC do B ocupam a mesma posição na competição pela Presidência da República: em todos os pleitos, um petista ficou entre os dois primeiros colocados e contou com o apoio dos comunistas. Além disso, nas oito edições da Pesquisa Legislativa Brasileira, realizadas de 1990 a 2017, ambas as siglas são posicionadas entre as mais à esquerda pelos deputados federais (Zucco Jr. e Power, 2021). Assim, as duas agremiações fazem parte de um dos polos da estrutura para a disputa presidencial, têm posições

ideologicamente definidas, conseguem induzir a disciplina de suas bancadas na Câmara e estão dispostas a fazer oposição mais sistemática quando seus rivais estão no poder.

Por outro lado, diferentemente do PC do B, PDT e PSB tiveram, em algumas ocasiões, quadros com potencial para serem competitivos na disputa pelo Planalto — Leonel Brizola e Ciro Gomes, pelo PDT; Anthony Garotinho e Marina Silva, pelo PSB, terminaram as disputas de 1989, 2018, 2002 e 2014, respectivamente, na terceira posição. Dessa forma, em vários momentos, trabalhistas e pessebistas se distanciaram de seus aliados do Bloco 1 (especialmente o PT), no intuito de adotar estratégias distintas de petistas e comunistas para atuar dentro e fora do Congresso. Além disso, ambas as agremiações fizeram um movimento mais acentuado ao centro desde o fim década de 1990, de acordo com Zucco Jr. e Power (2021), o que, juntamente com as idas e vindas em seus objetivos e alianças firmadas ao longo do tempo, pode ter refletido em uma maior dificuldade em fazer com que suas bancadas sigam mais a orientação do líder.

Ainda que PT e PC do B tenham sido as legendas mais disciplinadas entre as 11 analisadas neste estudo, as taxas de fidelidade ao líder do partido e, especialmente, de indisciplina em relação ao governo foram menores no governo Temer do que no período analisado do segundo mandato de FHC. Acreditamos que futuros estudos podem escolher uma das duas seguintes chaves para investigar o fenômeno: uma possível moderação dessas legendas, que passaram a ser vistas como menos radicais ao longo do tempo (Câmara et al, 2020; Zucco Jr. e Power, 2021) e modelaram seu discurso para demonstram que eram opções viáveis para chegar à presidência (Aarão Reis, 2007; Singer, 2012). Outro caminho é considerar que as mudanças na relação entre Executivo e Congresso, apontadas por Almeida (2015;2018), aumentaram o protagonismo dos parlamentares na produção legislativa, o que pode ter feito o Planalto entrar com menos força nas negociações e se aproximar da posição dominante da Câmara. Dessa forma, os acordos com o governo tenderiam a estar mais próximos das preferências dos congressistas, inclusive os da oposição.

Este trabalho tem uma série de limitações. Além de não investigar a fundo as hipóteses do parágrafo anterior, aqui não foram empregadas regressões ou outros métodos estatísticos para apontar correlações entre duas ou mais variáveis. Outro ponto a ser destacado é que não foi feita uma separação das votações por tipo, ou seja, apreciações relacionadas aos procedimentos legislativos e à natureza da matéria foram tratadas da

mesma forma. Também não foi destinado um olhar mais atento aos deputados faltantes, já que eles foram deixados de fora da análise, por não terem entrado no cômputo dos votos disciplinados (D) e indisciplinados (I) na base de dados.

As sugestões para uma agenda de pesquisa futura vão na linha de incluir esses parâmetros para analisar a disciplina de deputados e partidos oposicionistas. Uma outra abordagem possível é estudar PDT e PSB mais a fundo, no sentido de entender questões organizacionais das legendas, motivações e consequências de escolhas estratégicas que elas fizeram e qual é o lugar de ambas as agremiações no sistema partidário brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARÃO REIS FILHO, Daniel. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge (Org.) As Esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2007. Disponível em: < http://www.historia.uff.br/culturaspoliticas/files/daniel4.pdf>

ABRANCHES, Sérgio Henrique. Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-38, 1988.

ALMEIDA, Acir dos Santos. Processo legislativo: mudanças recentes e desafios. Boletim de Análise Político-Institucional. N. 7, pp. 45-50. 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6788>

ALMEIDA, Acir dos Santos. Governo presidencial condicionado: delegação e participação legislativa na Câmara dos Deputados. 2018. 222 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em < https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/12377>

AMES, Barry. "A estratégia eleitoral na representação proporcional com lista aberta". Cad. Metrop., São Paulo, v. 14, n. 27, jan/jun 2012, pp. 59-87. Disponível em: < https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/14781>

AMORIM NETO, Octavio. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. Dados [online], v. 43, n. 3, pp. 479-519, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582000000300003>

ANASTASIA, Fátima; INÁCIO, Magna; MELO, Carlos Ranulfo Félix de. Para um balanço da 52ª Legislatura. Plenarium (Brasília), v. 4, p. 154-195, 2007.

BATISTELLA, Alessandro. O trabalhismo getulista-reformista do antigo PTB e o "novo trabalhismo" do PDT: continuidades e descontinuidades. Aedos, v. 5, n. 12, p. 116-132, 2013. Disponível em: < https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/24608>

BEZERRA, Gabriella Maria Lima. A oposição no presidencialismo brasileiro: padrões institucionais e práticas políticas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 9., 2014, Brasília, DF. Anais eletrônicos [...]. Rio de Janeiro: ABCP, p. 1-22, 2014. Disponível em < https://www.anpocs.com/index.php/papers-37-

encontro/st/st08/8433-a-oposicao-no-presidencialismo-brasileiro-padroes-institucionais-e-praticas-politicas/file>.

BERTHOLINI, Frederico e PEREIRA, Carlos. Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. Revista de Administração Pública [online]. v. 51, n. 4, pp. 528-550, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7612154969>.

BRAGA, Maria Socorro de Souza. As eleições brasileiras de 2014: balanço dos resultados e implicações político-institucionais. Política & Sociedade (Online), v. 15, p. 39-64, 2016. Disponível em: < https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15n32p39>

CÂMARA, Rafael; et al. O que há de novo na nova direita brasileira? In: 44º Encontro Anual da ANPOCS, 2020. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/44-encontro-anual-da-anpocs/gt-32/gt48>

CARREIRAO, Yan de Souza. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 14, p. 255-295, 2014. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/MjzLhCM43mvxLzMd8M9w6Zh/>

COSTA, Izabel. O PDT e o Socialismo Trabalhista: Entre antigas e novas tradições. Veredas da História, Ano IV, Ed. 1, 2011. Disponível em: <http://www.seer.veredasdahistoria.com.br/ojs2.4.8/index.php/veredasdahistoria/article/view/66>

COUTO, Cláudio G. e ABRUCIO, Fernando. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. Tempo Social [online]. v. 15, n. 2, pp. 269-301, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702003000200011>.

CPDOC. Partido Comunista do Brasil (PC do B). In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010a. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-do-brasil-pcdob>.

CPDOC. Partido Democrático Trabalhista (PDT). In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010b. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-democratico-trabalhista-pdt.>.

CPDOC. Partido Socialista Brasileiro (PSB). In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010c. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-socialista-brasileiro-psb.>.

DARRIEUX, Rodolfo Scotelaro Porto. Os governos PSDB e PT: uma análise dos projetos de lei do executivo e do legislativo aprovados entre 1995 e 2014. E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, [S.l.], p. 266-292, 2019. Disponível em: <http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/479>.

DIAP. Mapa de Votações - Câmara dos Deputados e Senado Federal - 2015 a 2019 - 55ª legislatura. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/category/55-mapa-de-votacoes-camara-dos-deputados-e-senado-federal-2015-a-2019-55-legislatura>.

DOLANDELI DOS SANTOS, Rodrigo; SANDES-FREITAS, Vitor Eduardo Veras de. A relevância das eleições municipais: uma análise da trajetória e da força política do PSB. Revista de Sociologia e Política, [S.l.], v. 27, n. 72, p. 1-31, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/72939>.

FELIÚ, Pedro. Sobreviviendo a reformas, impopularidad y casos de corrupción: el presidencialismo de coalición del Brasil de Temer. Revista de Ciencia Política - RCP, Santiago, v. 38, n. 2, p. 181-206, 2018. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/revcipol/v38n2/0718-090X-revcipol-38-02-0181.pdf>

FERREIRA JÚNIOR, Nivaldo Adão; ROCHA, Aldenir Brandão da. A relação entre as estratégias eleitorais e a organização das lideranças partidárias na Câmara dos Deputados. In: PERLIN, Giovana; SANTOS, Manoel Leonardo (org.). Presidencialismo de coalizão em movimento. Brasília: Edições Câmara, p. 287-314, 2019. Disponível em: < https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/38299>

FERREIRA JÚNIOR, Nivaldo Adão; SCHWARTZ, Fabiano Peruzzo. Inexistência de impacto dos ciclos eleitorais sobre a disciplina parlamentar na Câmara dos Deputados. In: PERLIN, Giovana; SANTOS, Manoel Leonardo (org.). Presidencialismo de coalizão em movimento. Brasília: Edições Câmara, p. 1-496, 2019. Disponível em: < https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/38299>

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. In: MELO, Carlos Ranulfo; SÁEZ, Manuel Alcántara. A Democracia Brasileira: Balanço e Perspectivas para o Século 21. Editora da UFMG, pp. 25-32, 2007.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; SILVA JÚNIOR, José Alexandre. Performance partidária e incentivos eleitorais: desvendando os mistérios dos líderes. Revista Três [...] Pontos (UFMG) , v. 2, p. 23-32, 2006. Disponível em: < https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3209>

GUILHERME, Cássio Augusto. Conflitos e disputas na aliança PT e PMDB na eleição de 2010. Revista TransVersos, no. 18, 214–33, 2020. Disponível em: < https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/46527>

INÁCIO, Magna. Presidencialismo de Coalizão e sucesso presidencial na arena legislativa 1990-2004. Belo Horizonte. 167 p. Tese de Doutorado. UFMG, 2006.

INÁCIO, Magna. Estrutura e Funcionamento da Câmara dos Deputados. In: Carlos Ranulfo de Melo & Manuel Alcántara Sáez. (Org.). A Democracia Brasileira: Balanço e perspectivas para o século 21.. Belo Horizonte: Editora UFMG, v. , p. 199-235, 2007.

INÁCIO, Magna. Oposição e obstrução parlamentar no Brasil pós-redemocratização. In: VIII Congresso Español de Ciencia Política y de la Administración Política para un mundo en cambio, 2007a.

LIMONGI, Fernando e CORTEZ, Rafael. As eleições de 2010 e o quadro partidário. Novos estudos CEBRAP [online]. n. 88. pp. 21-37, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000300002>

LIMONGI, Fernando e FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. n. 44, pp. 81-106, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000200005>.

MAGLIA, Cristina. PERES, Paulo Sérgio. O Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados: Análise da Indisciplina das Tendências Internas do PT. 39º Encontro Anual da Anpocs. 2015. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/encontros/papers/39-

encontro-anual-da-anpocs/spg/spg14/9914-o-partido-dos-trabalhadores-na-camara-dos-deputados-analise-da-indisciplina-das-tendencias-internas-do-pt>

MAINWARING, Scott. Democracia Presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. Lua Nova, São Paulo , n. 28-29, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/jNSnyNhFWxkHKVvNDdj94zD/>

MAINWARING, Scott; PEREZ LINAN, Aníbal. Disciplina partidária: o caso da Constituinte. Lua Nova, São Paulo, n. 44, p. 107-136, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/VZYMCwMYLZtp8gtP4VXswVb/>.

MAINWARING, Scott e TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. Opinião Pública [online]. v. 11, n. 2, pp. 249-286, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762005000200001>.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider; GONÇALVES, Leandro Pereira. A fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no exílio. Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 16, n. 3, p. 399-416, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.3.23504>

MELO, Carlos Ranulfo. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. Revista Brasileira de Ciência Política, [S. l.], n. 4, p. 13–41, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1702>

MELO, Carlos Ranulfo; CAMARA, Rafael. Estrutura da competição pela Presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. Dados, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p. 71-117, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/HZPmcR6DnM7vJYmQJFX4cFn/>.

MELO, Natália Maria Leitão de; BATISTA, Mariana. Diferentes, mas iguais? Padrões de disciplina partidária na Câmara e no Senado. Revista Política Hoje, [S.l.], v. 21, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicahoje/article/view/3791>.

METTENHEIM, Kurt von. A presidência e a separação dos poderes no Brasil (1999-2002). Tempo Social [online]. v. 15, n. 2, pp. 237-268, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702003000200010>.

NICOLAU, Jairo. “Disciplina Partidária e Base Parlamentar na Câmara dos Deputados no Primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso (1985-1998)”. Dados, vol. 43, n. 4, 2000.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Carta de Princípios. 1º de maio de 1979. Disponível em: https://pt.org.br/carta-de-principios-do-partido-dos-trabalhadores/ .

PEIXOTO, Vitor de Moraes; CRESPO, Ralph André. A crise política brasileira dos anos 2000 e o governo de Michel Temer. Em Construção, v. 1, p. 132-145, 2018. Disponível em: < https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/emconstrucao/article/view/37665>

PERES, Paulo Sérgio; BEZERRA, Gabriella Maria Lima. Oposição parlamentar: conceitos e funções. Lua Nova, São Paulo , n. 110, p. 247298, 2020 . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/zG6wfNhTGpSRq5Px7nNMHLJ/>.

RESENDE, Roberta Carnelos.; EPITÁCIO, Sara. “Fidelidade Aliancista”: as alianças eleitorais nas eleições majoritárias estaduais e o caso do PSB. Brasiliana: Journal for Brazilian Studies, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 250–279, 2018. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/97322>

SILVA JÚNIOR, José Alexandre da. As sementes da discórdia: regras e exceções da indisciplina partidária. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/1394>

SALES, Jean Rodrigues. Entre a revolução e a institucionalização: a participação eleitoral do PC do B na história recente do Brasil. Estudos Históricos (Rio de Janeiro) [online]. v. 21, n., pp. 241-260, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862008000200007>.

SANTOS, Andréa Cristiana. A transição do regime militar para a democracia: o Partido Comunista do Brasil (PC do B) entre enlaces e jogos da política. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Associação Nacional de História, p. 1-16, 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/7171>

SANTOS, Fabiano. Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão. Dados, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 237-264, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/zHHRFwtxHwbgPJys89W7szP>

SILVA, Pedro Gustavo de Sousa. Como os partidos de esquerda se posicionam em relação ao governo Lula?. Em Tese, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 19-47, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1806-5023.2016v13n1p19>

SINGER, André Vitor. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo, Companhia. das Letras, 2012. 1ª ed. 276 pp.

SINGER, André Vitor. O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo, Companhia. das Letras, 2018. 1ª ed. 389 pp.

TSEBELIS, George. Processo decisório em sistemas políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 89-117, 1997. Disponível em: <http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/34/rbcs34_06.pdf>

ZUCCHINI, Giampaolo. Verbete sobre a oposição. In: BOBBIO, Norberto et al. (orgs.). Dicionário de política. 2ª ed. Brasília: Editora UnB, 1998, p. 846-851.

ZUCCO JR, César.; POWER, Timothy J. Fragmentation Without Cleavages. Comparative Politics, v. 53, p. 477-500, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3466149>